



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA

RAQUEL CHAGAS DE ARAÚJO

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO

Rio de Janeiro

2022

RAQUEL CHAGAS DE ARAÚJO

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
graduação em Biblioteconomia da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do grau de mestre
em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e
Sociedade

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e
Sociedade

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Cládice Nóbile Diniz

Rio de Janeiro

2022

A663 Araújo, Raquel Chagas de.
Implementação da Política de Acessibilidade no Sistema de Bibliotecas e
Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Raquel Chagas de
Araújo. – Rio de Janeiro, 2022.
81 f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Cládice Nóbile Diniz.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em
Biblioteconomia, 2022.

Referências: f. 71-76.

1. Inclusão em biblioteca. 2. Política de acessibilidade. 3. Pessoas com
deficiência. 4. Biblioteca universitária. 5. Universidades Federais. I. Diniz, Cládice
Nóbile. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências
Humanas e Sociais. III. Título.

CDD 371.0981

FOLHA DE APROVAÇÃO

RAQUEL CHAGAS DE ARAÚJO

**IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE NO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE
JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Biblioteconomia.

Aprovada em: _____

**Prof^ª. Dr^ª. Cládice Nóbile Diniz – PPGB/UNIRIO
(Orientadora)**

**Prof^ª. Dr^ª. Bruna Silva do Nascimento – PPGB/UNIRIO
Membro interno**

**Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Reinoso – UFRJ
Membro externo**

**Prof^ª. Dr^ª. Nanci Odone – PPGB/UNIRIO
Suplente - Membro interno**

**Prof^ª. Dr^ª. Patrícia Silva Dorneles – UFRJ
Suplente - Membro externo**

*Dedico ao meu filho, Arthur,
Amor da minha vida*

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os desafios durante a realização deste sonho quase impossível. Perder minha mãe e ser mãe durante este processo dificultaram, mas certamente engrandeceram esta conquista.

À minha mãe (*in memoriam*), que precisou trilhar o caminho da luz.

Ao meu filho, Arthur, meu grande professor, que me ensina diariamente a beleza do amor incondicional e verdadeiro.

Ao meu pai, Araújo, que tem um jeito único amar, e, mesmo com suas limitações, me fez enxergar um mundo grandioso.

Aos meus amados irmãos, Laila e Raul, pelo apoio e companhia de sempre.

Aos meus sobrinhos, tia e prima.

À amiga Daniele, parceira de trabalho e vida, corretora ortográfica que muito admiro.

Aos colegas bibliotecários, Roberto Unger, e Márcia Medeiros, por terem apoiado e contribuído muito com nossas conversas.

À amiga bibliotecária, Sheila Ferreira, que normalizou este documento e que por diversas vezes se sobrecarregou no trabalho para me poupar e permitir que essa dissertação prosseguisse.

Ao PPGB/UNIRIO, pela oportunidade de realizar o mestrado e ter aulas com professores incríveis!

À minha orientadora Cládice, por toda dedicação, paciência, positividade e entusiasmo.

Aos membros de minha banca, em especial às professoras Cláudia Reinoso e Patrícia por todo ensinamento e inspiração desde o curso de especialização em Acessibilidade Cultural.

À Comissão de Acessibilidade do SiBI, todo meu respeito e agradecimento pelos anos de militância para uma UFRJ acessível e inclusiva.

RESUMO

Tendo em vista o quantitativo de pessoas com deficiência, torna-se necessário pensar em políticas de inclusão que garantam espaços públicos acessíveis e inclusivos, de forma a criar condições para que todos possam usufruir do espaço, dos bens e das informações de maneira plena. Dessa forma, o presente estudo apresenta diretrizes de auxílio para elaboração e implementação de políticas de acessibilidade em bibliotecas universitárias das Instituições Federais de Ensino Superior do país. Com fins metodológicos, o trabalho está apoiado em um levantamento bibliográfico e documental, a pesquisa é qualitativa e por estudo de caso das melhores práticas (*the best practices*) no processo de elaboração e implementação da Política de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que atende a 45 bibliotecas. A criação dessa política resultou do movimento pela inclusão iniciado na universidade em 2006, procurando integrar e promover a interatividade entre as diversas ações de acessibilidade existentes na Instituição. Esse sistema de bibliotecas veio a criar a Comissão de Acessibilidade, que conseguiu em 2020 elaborar uma política de acessibilidade das bibliotecas da UFRJ, o que vem servindo de estímulo a outras universidades congêneres que almejam atingir essa meta e buscam informações a respeito do processo de elaboração. Os dados coletados na literatura especializada e em documentos institucionais de acesso aberto foram tratados qualitativamente. Os resultados foram um corpo de conhecimento estruturado sobre o processo de elaboração de política de inclusão em biblioteca universitária, materializado na dissertação, e a descrição das diretrizes para auxílio na elaboração e implementação de políticas de acessibilidade em bibliotecas universitárias.

Palavras-chave: inclusão em biblioteca; política de acessibilidade para pessoas com deficiência; biblioteca universitária; universidades federais.

ABSTRACT

In view of the number of people with disabilities, it is necessary to think about inclusion policies that guarantee accessible and inclusive public spaces, in order to create conditions for everyone to fully enjoy the space, goods and information. In this way, the present study presents guidelines to aid the elaboration and implementation of accessibility policies in university libraries of the Federal Institutions of Higher Education in the country. For methodological purposes, the work is supported by a bibliographic and documentary survey, the research is qualitative and by case study of the best practices in the process of elaboration and implementation of the Accessibility Policy of the Library and Information System of the University Federal University of Rio de Janeiro, which serves 45 libraries. The creation of this policy resulted from the movement for inclusion started at the university in 2006, seeking to integrate and promote interactivity between the various accessibility actions existing at the Institution. This library system created the Accessibility Commission, which in 2020 managed to prepare an accessibility policy for UFRJ libraries, which has served as a stimulus to other similar universities that aim to achieve this goal and seek information about the elaboration process. The data collected in the specialized literature and in open access institutional documents were treated qualitatively. The results were a structured body of knowledge about the process of elaboration of inclusion policy in university libraries, materialized in the dissertation, and the description of guidelines to help in the elaboration and implementation of accessibility policies in university libraries.

Keywords: accessibility policy; inclusion in library; library accessibility; university library; disabled people.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Acesso da pessoa com deficiência ao ensino superior	7
Figura 2 – Panorama SiBI 2020 – Bibliotecas Integrantes.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lei, decretos e norma relacionados na pesquisa sobre a pessoa com deficiência .	20
Quadro 2 – Conceituação dos descritores e onde foram encontrados	23
Quadro 3 – Acessibilidade arquitetônica nas bibliotecas da UFRJ em 2020	40
Quadro 4 – Acessibilidade tecnológica nas bibliotecas da UFRJ medida em equipamentos de tecnologia da informação disponíveis aos usuários com deficiências, em 2020.....	43
Quadro 5 – Plano de ação e objetivos da Comissão de Acessibilidade do SiBI	44
Quadro 6 – Legislação consultada pela Comissão de Acessibilidade relacionada à pessoas com deficiência segundo a ordem cronológica	47
Quadro 7 – Principais legislações relacionadas às pessoas com deficiência segundo a ordem cronológica	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultado de busca pelo Portal de Periódicos CAPES.....	24
Tabela 2 – Resultado de busca pela BDTD.....	25
Tabela 3 – Resultado de busca pela BRAPCI.....	25
Tabela 4 – Resultado total dos itens relevantes nas 3 bases de dados.....	26
Tabela 5 – Quadro de pessoal do SiBI.....	28
Tabela 6 – Alunos com deficiência por curso no Centro de Ciências da Saúde (CCS).....	33
Tabela 7 – Alunos com deficiência por curso no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE).....	33
Tabela 8 – Alunos com deficiência por curso no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH).....	34
Tabela 9 – Alunos com deficiência por curso no Centro de Tecnologia (CT).....	34
Tabela 10 – Alunos com deficiência por curso do Centro de Letras e Artes (CLA).....	35
Tabela 11 – Alunos com deficiência por curso do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN).....	35
Tabela 12 – Discentes da UFRJ com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento por nível de formação acadêmica.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estudantes com deficiência e estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento com matrícula ativa na UFRJ	36
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BAN	Biblioteca Alberto Nepomuceno
BPC	Biblioteca Pedro Calmon
CAP	Colégio de Aplicação da UFRJ
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCMN	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CDC	Campus Duque de Caxias
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CLA	Centro de Letras e Artes
CMA	Central de Memória Acadêmica
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
COPPEAD	Prof. Agrícola Bethlem do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
CT	Centro de Tecnologia
EBA	Escola de Belas Artes
EBAOR	Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes
EEAN	Escola de Enfermagem Anna Nery
ENADE	Exame Nacional de Avaliação do Desempenho de Estudante
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EQ	Escola de Química
FAU	Faculdade de Arquitetura
FCC	Fórum de Ciência e Cultura
FF	Faculdade de Farmácia
FIES	Programa de Financiamento Estudantil
FL	Faculdade de Letras
FND	Faculdade Nacional de Direito

HU	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
IESC	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva
IF	Instituto de Física
IFCS	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IG	Instituto de Ginecologia
IM	Instituto de Matemática
IMA	Instituto de Macromoléculas
IMPG	Instituto de Microbiologia Professor Paulo de Góes
Incluir	Programa de Acessibilidade na Educação Superior
INDC	Instituto de Neurologia Deolindo Cout
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPPMG	Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPUB	Instituto de Psiquiatria
IQ	Instituto de Química
ME	Maternidade Escola
MEC	Ministério da Educação
MN	Biblioteca do Museu Nacional
NCE	Núcleo de Computação Eletrônica
NUPEM	Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé
NUTES	Núcleo de Tecnologia Educacional para Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OV	Observatório do Valongo
PCD	Pessoa com deficiência
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde

PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGG	Programa de Pós-graduação em Geografia
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SiBI	Sistema de Bibliotecas e Informação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS	5
2.1 OBJETIVO GERAL	5
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
3 JUSTIFICATIVA	6
4 QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL	10
4.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA	10
4.2 MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA	11
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS	13
4.4 CONCEITO DE ACESSIBILIDADE	15
4.5 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A GARANTIA DE ACESSO	17
5 METODOLOGIA	22
5.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	22
5.2 ANÁLISE DOCUMENTAL	26
5.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E O SISTEMA DE BIBLIOTECAS	27
5.3.1 A Universidade Federal do Rio de Janeiro	27
5.3.2 Sistema de Bibliotecas da UFRJ	27
5.3.3 Bibliotecas	28
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	30
6.1 PANORAMA DO PROCESSO DE INCLUSÃO NA UFRJ.....	30
6.2 LEVANTAMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA OU TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO NA UFRJ	31
6.4 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DA UFRJ	40
6.5 CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE SiBI.....	43
6.5.1 A instituição da Comissão de Acessibilidade do SiBI	44
6.5.2 Embasamento legal para construção da política	46
6.5.3 Conceituação dos termos	47
6.5.4 Aprovação da Política de Acessibilidade	48
7 DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE	49
7.1 Sobre a diretriz de se criar uma comissão de acessibilidade com essa responsabilidade	49

7.2 Sobre a diretriz de se estudar a comunidade	50
7.3 Sobre a diretriz de se levantar as justificativas (os “considerandos”) legais, missão e a necessidade da instituição e do setor	50
7.4 Sobre a diretriz de se definir os termos a serem empregados no documento que estabelece a política	53
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	55
ANEXO A – POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE SIBI	61

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estimou, em 2012, que um bilhão de pessoas no mundo teriam algum tipo de deficiência (OMS, 2012). No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, 17,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade possui algum tipo de deficiência, o que corresponde a 8,4% da população brasileira (IBGE, 2021).

Essa informação se torna mais preocupante quando se considera outros dados da mesma pesquisa (IBGE, 2021). Por exemplo, quanto à situação educacional da população acima de 18 anos, verificou-se que, entre as pessoas com deficiências (PCD), apenas 5,0% tinham nível superior completo e 16,6%, o ensino médio completo ou superior incompleto, enquanto entre as pessoas sem deficiência, as porcentagens são, respectivamente, de 17,0% e 37,2% (IBGE, 2021).

Observa-se que, na PNS de 2019, foram alterados os indicadores sobre as pessoas com deficiências em relação aos adotados na PNS de 2013, para atender às orientações apresentadas no documento Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais (SIMÕES; ATHIAS; BOTELHO, 2018).

Essa alteração chamou atenção da mídia, visto que apresentou uma significativa diminuição em relação ao quantitativo de pessoas consideradas com deficiências pelo Censo 2010, no qual 23,9% dos entrevistados se autoavaliaram com alguma ou muita dificuldade ou não conseguiam de modo algum enxergar, ouvir, caminhar ou subir escadas (IBGE, [2011]). Na PNS de 2019, o resultado foi de 6,7% dos entrevistados sendo classificado como pessoas com deficiências, devido à restrição dos casos de pessoas com deficiência àquelas cujas respostas foram referentes a muita dificuldade ou não conseguir de modo algum em relação às mesmas atividades (IBGE, 2020).

Essa alteração proposta pelo IBGE, segundo Micas, Garcez e Conceição (2018), deveu-se à metodologia utilizada se afastar da ótica social adotada no questionário do Censo de 2010 e privilegiar o modelo biomédico de conceituação de pessoa com deficiência, que é a perspectiva determinada na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), a qual, em seu artigo 2º, define pessoas com deficiência como aquelas que apresentam impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial; e, no mesmo artigo, em seu parágrafo 1º, considera que a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, o que vale também para a autoavaliação da pesquisa da PNS de 2019.

Tendo em vista o quantitativo de pessoas com deficiência, torna-se necessário pensar em políticas de inclusão que garantam espaços públicos acessíveis e inclusivos de forma a criar condições para que todos possam usufruir do espaço, dos bens e das informações de forma plena.

A Lei Brasileira de Inclusão está alinhada com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas, que define a acessibilidade como um direito humano para a transposição de barreiras às oportunidades e fruição dos recursos. Dessa forma, a lei define acessibilidade como,

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p. 1).

A biblioteca, cumprindo seu dever social, deve considerar as diferentes necessidades, facilitando o acesso ao conhecimento, oferecendo serviços e informação em formatos diferenciados de modo a atender às necessidades específicas.

As bibliotecas são consideradas equipamentos de cultura e têm destaque no Plano Nacional de Cultura (PNC) que, em sua estratégia de ação, estabeleceu como metas importantes para o país a de que até 2032 100% das bibliotecas atendam aos requisitos legais de acessibilidade, prazo esse que representa uma prorrogação de 12 anos da data planejada no documento original (BRASIL, 2021a).

Nesse olhar, as bibliotecas universitárias estão não somente ligadas ao cumprimento das metas do PNC, como também à qualidade dos cursos de suas universidades, segundo a Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999, que “dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições”. Essa portaria exige a implementação de requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência como condição de autorização e reconhecimento de cursos e credenciamentos de instituições pelo Ministério da Educação (MEC), a fim de garantir condições básicas de acesso ao ensino superior (BRASIL, 1999).

Tal normativa foi necessária devido à situação dos ambientes, em sua maioria nem sempre acessíveis às pessoas com deficiências. No entanto, a existência de espaços acessíveis não é uma garantia de que a inclusão social ocorra, questão alertada por Manzini (2005, p. 32),

[...] termos acesso e acessibilidade têm, muitas vezes, sido interpretados como

condições para que a inclusão social ocorra e isso nem sempre é verdadeiro. A inclusão social deve ser vista, medida e interpretada tendo como referencial o próprio meio social e não somente as condições de acessibilidade. As condições de acessibilidades presentes na estrutura física das instituições, como escolas e universidades devem estar relacionadas às políticas inclusivas das estruturas administrativas, que devem refletir uma atitude de luta contra a exclusão.

Para contribuir com a inclusão educacional dos alunos com deficiências nas universidades, a biblioteca universitária se vê no papel de lhes fornecer as informações necessárias para seus desenvolvimentos, bem como proporcionar uma melhor qualidade em suas formações e garantia de permanência no estudo, como foi proposto para as 45 bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pelo Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), órgão que as agregam, o qual, para isso, criou a Comissão de Acessibilidade (UFRJ, 2021a).

Essa comissão visa integrar e promover as atividades relativas à acessibilidade e à inclusão já existentes em diferentes instâncias da universidade, propor atividades e cursos de capacitação para o corpo técnico, levantar e encaminhar demandas, promover a socialização das bibliotecas com os usuários com deficiência, elaborar o diagnóstico de acessibilidade das bibliotecas e mapear as necessidades de materiais e recursos necessários para um melhor atendimento (UFRJ, 2021a).

Entre as medidas tomadas pela comissão, a primeira e mais importante delas foi a criação da Política de Acessibilidade do SiBI, que tem como objetivo garantir os direitos dos alunos com deficiência e promover a igualdade e inclusão social na UFRJ (UFRJ, 2021a).

Ressalta-se que a cidadania é um direito social e as condições efetivas de cidadania estão fortemente ligadas à acessibilidade e, conseqüentemente, à inclusão, pela Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Em uma sociedade que, por anos, manteve uma visão assistencialista, torna-se imprescindível informar que não é a pessoa com deficiência que precisa se adaptar às condições disponíveis, mas sim a sociedade, que precisa se modificar para todas as pessoas poderem exercer sua cidadania.

Ocorre que a existência de Política de Acessibilidade na biblioteca universitária não é praxe no panorama das universidades brasileiras, nem mesmo nas federais, instituições que lideram a adoção de medidas em prol de melhorias sociais. Assis (2018) levantou que a maior parte das 63 universidades federais brasileiras não possuem uma política de acessibilidade consolidada. A autora aponta ainda “que a criação de núcleos de acessibilidade, grupos de estudos, programas de apoio e/ou comissões permitem assegurar o direito dos estudantes,

professores e técnicos com deficiência na universidade, integrando toda comunidade acadêmica” (ASSIS, 2018, p. 95).

Nesse contexto de precarização de políticas públicas institucionais voltadas para pessoas com deficiência nas universidades brasileiras e o conseqüente reflexo disso nas bibliotecas universitárias, observou-se junto à Comissão de Acessibilidade do SiBI um movimento de outras bibliotecas de universidades federais em busca de informações sobre como foi elaborada a Política de Acessibilidade do SiBI, para fins de desenvolverem suas próprias, visto não haver nenhuma publicação orientadora.

Tendo acompanhado o desenvolvimento da política de acessibilidade do SiBI, a pesquisadora deste estudo se questionou sobre a viabilidade de elaboração de um manual de diretrizes que nortearam esse trabalho, de forma a divulgar o conhecimento adquirido e estimular os bibliotecários de bibliotecas universitárias para a elaboração de uma política de acessibilidade em suas instituições.

Optou-se por descrever a criação da política de acessibilidade do SiBI, pois o objetivo final do trabalho é a elaboração de um documento que possa ser aplicado e aprimorado tanto na UFRJ e, posteriormente, em outras universidades. Desse modo, a pesquisa limitou sua aplicabilidade a instituições da mesma natureza, reconhecidas pelo MEC.

Desta constatação, a questão que se sistematizou foi: “quais os marcos, principais fatos ocorridos e diretrizes do trabalho de desenvolvimento da política de acessibilidade para bibliotecas da UFRJ podem ser considerados pelas Bibliotecas Universitárias Federais?”.

O resultado dessa pesquisa é aqui apresentado, em seis capítulos, que são: introdução, objetivo, justificativa, quadro teórico-conceitual, metodologia, análise e discussão dos resultados e conclusão.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa é desenvolver um manual de diretrizes para elaboração e implementação de políticas de acessibilidade em bibliotecas universitárias das Instituições Federais de Ensino Superior do país, a partir do caso da Política de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos da pesquisa foram:

- a) Descrever o processo de implementação da Política de Acessibilidade no SiBI, realizado pela UFRJ;
- b) Análise documental das políticas de acessibilidade;
- c) Identificar as deficiências dos discentes que compõem o alunado da UFRJ;
- d) Criar um folheto informativo sobre Política de Acessibilidade em Bibliotecas Universitárias.

3 JUSTIFICATIVA

Justificativa de cunho pessoal

A acessibilidade cultural e a inclusão sempre andaram lado a lado com o meu fazer biblioteconômico e o papel social das bibliotecas. Para mim, era fácil notar isso nos corredores, terminais de consulta e salões da Biblioteca Nacional, onde, ainda como estagiária, vez ou outra me deparava com pessoas com deficiência e observava as dificuldades que esses usuários enfrentavam.

Em 2014, tive o prazer de trabalhar como servidora no Instituto Benjamin Constant, considerado como centro de referência nacional na área da deficiência visual. Fazer parte de uma instituição centenária me trouxe uma responsabilidade profissional inimaginável, a falta de experiência com aquele campo do conhecimento somada ao até então meu despreparo no convívio com pessoas com deficiências me instigaram a adentrar no universo da deficiência visual. Então, capacitei-me nos seguintes conhecimentos: Sistema Braille; orientação e mobilidade, para o atendimento de crianças, jovens e adultos com deficiência visual; uso de *softwares* específicos para esse público e elaboração de materiais didáticos. Em menos de seis meses na instituição, fui convidada para os cargos de Coordenadora da Biblioteca Técnico-Especializada em Deficiência Visual e de Chefe substituta da Divisão de Pesquisa Documentação e Informação. Durante esse período, pude observar diariamente barreiras atitudinais, arquitetônicas e principalmente comunicacionais ao conviver com um usuário graduando surdocego. A dificuldade comunicacional com esse usuário me fez sentir necessidade de procurar o Instituto Nacional de Educação de Surdos para ter a oportunidade de conviver com a comunidade surda e aprender a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras).

Em 2016, atuando como servidora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acompanhei as primeiras reuniões do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva, onde sou representante do SiBI e integro a Câmara de Projetos, Obras, Questões Ambientais e Qualidade de Vida, colaborando com questões ligadas à acessibilidade e inclusão nas bibliotecas.

No ano de 2019, concluí a terceira turma do Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural, promovido pela Faculdade de Medicina da UFRJ, com intuito de aprofundar meus conhecimentos sobre o campo.

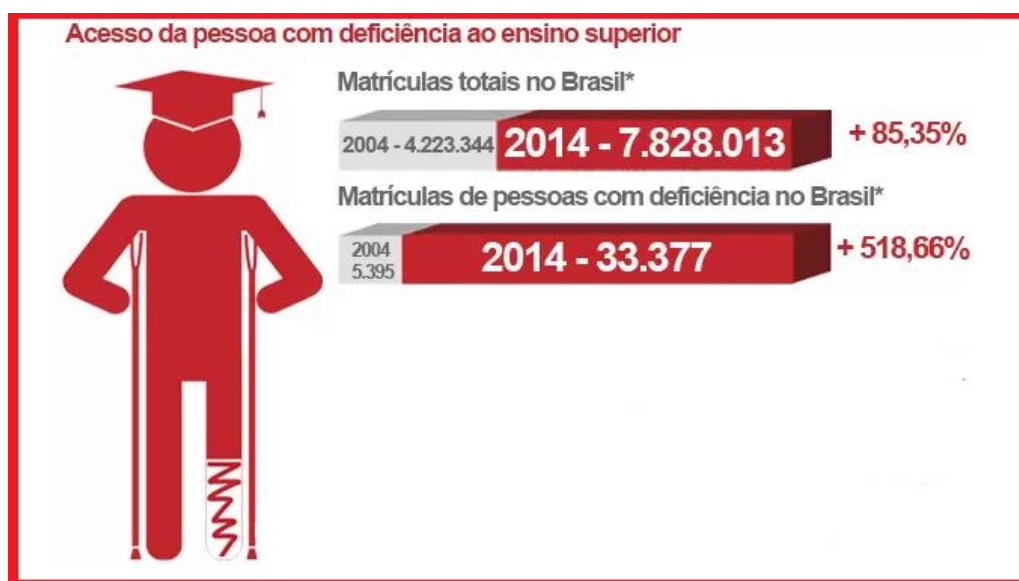
Apesar das rotineiras discussões presentes no fórum e com colegas bibliotecários interessados no tema, o SiBI sentiu a necessidade de se organizar formalmente para darmos prosseguimento a algumas aspirações, foi então que, no fim de 2019, criamos a Comissão de

Acessibilidade, cujo primeiro objetivo foi a elaboração da Política de Acessibilidade para garantir os direitos de nossos usuários com deficiência. Assim, como membro da Comissão de Acessibilidade do SiBI, participei integralmente da criação, aprovação e implementação da Política de Acessibilidade e rotineiramente recebo questionamentos e dúvidas de instituições parceiras sobre sua elaboração, o que me motivou a descrever, neste trabalho, o processo de elaboração do referido documento.

Justificativa de cunho científico

Segundo dados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2014, matricularam-se 7.828.013 estudantes no ensino superior no Brasil, entre os quais, 33.377 eram estudantes com deficiência, quantitativo este que representa um aumento de mais de cinco vezes se comparado ao dos que ingressaram em 2004, de 5.395 pessoas com deficiência (VIEGAS, 2016).

Figura 1 – Acesso da pessoa com deficiência ao ensino superior



Fonte: Viegas (2016).

Esse crescimento foi resultado de políticas públicas, principalmente em referência às Instituições Federais de Ensino Superior, que levou à criação de programas, medidas e investimentos, como o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Exame

Nacional do Ensino Médio (Enem), bem como novas instituições e cursos (SOUZA *et al.*, 2017; VIEGAS, 2016).

Foi então que, no segundo semestre do ano de 2017, a UFRJ recebeu pela primeira vez estudantes com deficiência, por meio de ações afirmativas do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), contabilizando um total de 109 matrículas de alunos com deficiência auditiva, visual, de locomoção e cognitiva (UFRJ, 2017).

Em fevereiro de 2019, a UFRJ já contava com 251 alunos com deficiência matriculados (ARAÚJO, 2019).

Entretanto, o quantitativo de pessoas com deficiência em um ambiente não é um argumento válido para se pensar em adequar os espaços públicos para serem acessíveis e inclusivos, uma vez que, segundo Diniz, Alves e Silva (2019, p. 255), “[...] a pessoa com deficiência é um sujeito de direitos per si e que independente do número delas que venha se utilizar de um ambiente, este deve estar preparado para que ela dele usufrua em igualdade de direitos aos das pessoas sem deficiência”. Deve-se, dessa forma, serem criadas condições, a fim de que todos possam usufruir dos espaços, dos bens e das informações de forma plena. Sendo assim, tem-se que considerar a observação de Sasaki (2016, p. 40) de que a inclusão está sendo entendida como “um processo que contribui para um novo tipo de sociedade através de transformações, nos ambientes físicos [...] e na mentalidade de todas as pessoas”.

A legislação brasileira de acessibilidade exige que espaços públicos urbanos e edificações possam ser usados por todos, incluindo pessoas com os mais diversos tipos e níveis de deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída pela Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, especifica, em seu artigo 42, que “a pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Uma biblioteca acessível garante acesso à informação e permite a presença do mais diverso público com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população.

A acessibilidade física, a acessibilidade digital, as tecnologias assistivas e uma correta organização e sensibilização dos funcionários representam pilares centrais no planejamento de uma biblioteca acessível para Pupo, Melo e Ferrés (2006, p. 21). Sendo assim, pensando-se na necessidade de garantir a biblioteca como um espaço democrático, surgiu a necessidade de se pensar na elaboração de uma Política de Acessibilidade para as bibliotecas do SiBI.

Com a aprovação da Política de Acessibilidade do SiBI, bibliotecas de instituições parceiras demonstraram interesse no processo de elaboração, o que gerou a iniciativa de descrever a criação dessa política e produzir um manual de boas práticas.

4 QUADRO TEÓRICO-CONCEITUAL

A presente seção tem por objetivo fornecer embasamento teórico para o tema em questão, apresentando os principais conceitos, como pessoa com deficiência, políticas públicas, política de acessibilidade e inclusão em bibliotecas.

4.1 PESSOA COM DEFICIÊNCIA

É importante pontuar o termo em questão, pois, ao longo do tempo, outras expressões e significados para o conceito já foram utilizados, bem como o termo “Aleijado, defeituoso, incapacitado, inválido”, que eram usualmente aceitos até a década de 80. A partir de 1981, começou a se empregar a expressão “pessoas deficientes”. O acréscimo da palavra “pessoa” passando o vocábulo “deficiente” para a função de adjetivo foi uma grande novidade na época e causou espanto, como se alguns não considerassem dessa forma (SASSAKI, 2005).

Entre os anos 80 e 90, os termos “Portador de deficiência”, “Pessoa Portadora de Deficiência” e/ou “Portador de Necessidades Especiais” – PNE eram popularmente utilizados até ponderarem que pessoas com deficiência não portam a deficiência como quem porta, carrega ou transporta um livro ou uma cadeira, explica Sasaki (2005), para quem a deficiência não deve ser referenciada como um sinônimo de doença.

Além disso, a expressão “necessidades especiais” transmite uma ideia equivocada de que as pessoas com deficiência devem ser tratadas de forma diferente das demais pessoas que não possuem deficiência. Esses termos seguem a ideologia do modelo médico da deficiência, tal concepção considerava a deficiência como consequência de uma lesão adquirida inicialmente por meio de uma doença, ou seja, uma incapacidade física que levaria o indivíduo a desvantagens sociais. Era sugerido, inclusive, que para sanar a deficiência fossem feitas intervenções no corpo para promover seu melhor funcionamento, reduzindo assim as desvantagens sociais (FRANÇA, 2013).

Atualmente, o termo utilizado é “pessoa com deficiência”. Este termo foi estabelecido na Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas, que define: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interações com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (BRASIL, 2015).

Em consonância, a Lei Federal nº 13.146/2015, que está alinhada às disposições da convenção da ONU, prevê em seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 1).

Essa definição destaca que a lei referenciada se apoiou em ideias do modelo social da deficiência, no qual a deficiência não é entendida como um problema pessoal, e sim uma questão social, e vai levar a difusão desse modelo no país.

4.2 MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

Até recentemente, notava-se a concepção de que as pessoas com deficiência devem se adaptar a um contexto social excludente, procurando moldar-se aos espaços com barreiras de acessibilidade. Nessa perspectiva, a responsabilidade pela falta de habilidades cabe a esses indivíduos, que têm sua deficiência reforçada, ao demonstrarem incapacidade de concretizar determinadas ações, caracterizando o que os teóricos chamavam de modelo médico da deficiência (SOUZA *et al.*, 2017).

O movimento das pessoas com deficiência em todo mundo surgiu quebrando o paradigma do modelo médico de deficiência e o substituiu pelo modelo social de deficiência, que demarca o lugar de um movimento pela “inclusão ampla e irrestrita”.

Sobre o modelo social, Bampi, Guilhem e Alves (2010, p. 822) destacam:

A adoção do modelo social traz como consequência a compreensão de que as pesquisas e as políticas públicas, direcionadas à deficiência, não podem concentrar-se apenas nos aspectos corporais dos indivíduos para identificar a deficiência. Além disso, ao separar a deficiência da lesão, o modelo social abre espaço para mostrar que, a despeito da diversidade de lesões, há um fator que une as diferentes comunidades de deficientes em torno de um projeto político único: a experiência da exclusão. Todos os deficientes experimentam a deficiência como restrição social, não importando se essas restrições ocorrem em consequência de ambientes inacessíveis, de noções questionáveis de inteligência e competência social, da inabilidade da população em geral para utilizar a linguagem de sinais, da falta de material em Braille ou das atitudes públicas hostis das pessoas que não têm lesões corporais visíveis.

Assim, considera as estruturas sociais responsáveis pelas desigualdades e desvantagens vividas pela pessoa com deficiência, enquanto que, no modelo mais tradicional, o modelo médico, as causas partem do indivíduo, da própria lesão ou doença (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010).

O processo de inclusão social deve acontecer junto ao desenvolvimento das pessoas com deficiência, e não como um pré-requisito para sua inclusão nos diferentes setores da vida, na saúde, educação ou mercado de trabalho. Este processo baseado no modelo social da deficiência é bilateral, no qual seus praticantes, indivíduos e a sociedade buscam discutir e decidir em parceria sobre problemas e soluções (SASSAKI, 1998).

Nota-se um viés do modelo social na Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999), que foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, onde a “[...] ‘deficiência’ significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social” (BRASIL, 2001). Em função deste entendimento, o ambiente construído também pode agravar as condições de restrição física, dificultando ou impedindo a mobilidade do indivíduo.

Essa discussão tem ocupado cada vez mais espaço no campo da educação, política e saúde. A ampliação do olhar sobre o conceito da deficiência pode ser vista na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada no Brasil através do Decreto nº 6.949/2009, o qual reconhece, em seu preâmbulo, que:

[...] a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas [...]. (BRASIL, 2009, Preâmbulo).

França (2013, p. 71) pontua que, na esfera acadêmica, o modelo social pode ser inovador e pouco disseminado que a deficiência, como objeto sociológico, promove importantes debates. Dessa forma, encontra-se Medeiros e Diniz (2004, p. 16) que explicam do modelo social enfatizar, pelo ponto de vista conceitual:

[...] uma mudança de perspectiva quanto ao peso que características corporais têm na experiência da deficiência, mudança que tem consequências para a formulação de políticas: o reconhecimento da “sociedade deficiente” é tão ou mais importante para a formulação de políticas públicas que a identificação da “pessoa deficiente”. O modelo social jamais ignorou o papel que as perdas de funcionalidade têm na experiência da deficiência, mas enfatiza que, em muitos casos, essa experiência só ocorre por motivos eminentemente sociais. É perfeitamente possível, por exemplo, que, em uma sociedade devidamente ajustada, uma pessoa com algum tipo de limitação funcional não experimente a deficiência.

Sendo assim, restringir a mobilidade é também uma forma de discriminação, porque a impossibilidade de mobilidade, causada por barreiras arquitetônicas ou urbanísticas, gera nas

peças o sentimento de exclusão e de não pertencimento. É neste sentido apresenta-se, a seguir, um breve conceito sobre políticas públicas.

4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos militares retornavam mutilados para casa, levando a sociedade a se envolver mais com a questão da deficiência, segundo Beyer (2005, p. 14). Pode-se considerar esse momento histórico como sendo uma das primeiras etapas para o processo de inclusão, na visão de Sasaki (1993), visto que a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais as pessoas com deficiência, com o intuito de que essas possam assumir seus papéis na sociedade.

No Brasil, uma das primeiras medidas de inclusão foi a criação, em 1854, do Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant. Em 1856, foi criado o Instituto Nacional de Educação de Surdos. Tais instituições são centros de referência nacional na área da deficiência visual e auditiva, respectivamente.

Anteriormente à década de 1970, as ações voltadas para as pessoas com deficiência concentravam-se na educação e em obras assistencialistas. Com isso, a falta de políticas sociais motivou esses indivíduos a se organizarem de forma coletiva para promoção da participação política no processo de redemocratização do país (LANNA JÚNIOR, 2010).

Devido à importância de a deficiência não ser particular ao indivíduo, mas sim abordada à luz das políticas públicas e assegurada através de parâmetros legais, em 1973, foi criado o primeiro órgão federal de políticas específicas, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) (BRASIL, 1973).

No ano de 1978, a questão de acessibilidade foi mencionada pela primeira vez em termos jurídicos e normativos, ao ser incluída na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978, que “assegurava aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica” (BRASIL, 1978).

Em 1985, foi publicada a primeira Norma Técnica Brasileira abordando a acessibilidade, a NBR 9050:1985, que trata da “Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente” (ABNT, 1985).

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, onde, em seu § 2º, artigo 227, lê-se que será regulamentada por Lei a acessibilidade nas edificações e nos meios de transporte. (BRASIL, 1988).

Na década seguinte, em 1999, foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade). Porém, este foi extinto pelo Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que “extingue e estabelece regras e limitações para o colegiado da administração Pública Federal, onde se incluem Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas” (BRASIL, 2019). Para Putti (2019), essa extinção representou um retrocesso e ameaça ao direito de participação social na gestão pública.

Outro aspecto a ser considerado nas políticas públicas é o acesso à cultura, por ser um dos direitos do cidadão. A Declaração Internacional de Direitos Humanos (1948), documento de referência para garantia dos direitos do homem afirma no artigo 27 que: “Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam”.

Nesse sentido, promover a acessibilidade nos espaços culturais para pessoas com deficiência e para novos públicos, e propiciar a eles o protagonismo, significa trabalhar pela garantia do direito de participação de todo ser humano na vida cultural da comunidade.

O Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei nº 12.343/2010, estabelece objetivos, diretrizes, estratégias e metas de orientação para o poder público na formulação de políticas culturais que incluem as bibliotecas como ampliação de acervos em instituições de ensino, criação de centros integrados de memória (Bibliotecas, arquivos e museus), construção e reforma de bibliotecas, implementação de política nacional de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação e restauro dos acervos, distribuição de conteúdo audiovisual nas bibliotecas e capacitação de bibliotecários para a atuação como mediadores de leitura (BRASIL, 2010).

O PNC prevê metas de acessibilidade. Em especial, destaca-se a Meta 29, a qual determina que sejam acessíveis 100% dos espaços e instrumentos culturais, como as bibliotecas (BRASIL, 2010). Contudo, as instituições culturais no país precisam se adequar e obedecer às leis existentes para eliminar as barreiras de acesso, adaptando seu espaço físico e oferecendo bens e atividades em formatos acessíveis, capacitando funcionários nos atendimentos às pessoas com deficiência.

4.4 CONCEITO DE ACESSIBILIDADE

A atual determinação legal da Lei nº 13.146/2015 entende por acessibilidade como um direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social (BRASIL, 2015), bem como a

Possibilidade e condições de alcance para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2015, p. 1).

Acessibilidade pode ser considerada como uma condição essencial ao ambiente, que permite a melhoria da qualidade de vida do indivíduo gerando resultados sociais positivos, contribuindo para o desenvolvimento inclusivo e sustentável (ENAP, [2016?]). Sasaki (2006, p. 67, grifo nosso) considera a existência de seis quesitos básicos para uma sociedade acessível:

Acessibilidade arquitetônica: quando não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos. **Acessibilidade comunicacional:** quando não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em Braille, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). **Acessibilidade metodológica:** quando não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.) e de educação dos filhos (familiar). **Acessibilidade instrumental:** quando não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva). **Acessibilidade programática:** quando não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais etc.). **Acessibilidade atitudinal:** quando não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Com base nesses tipos de acessibilidade descritos no referido dispositivo legal de 2015, buscou-se mais explicações, considerando o que Sasaki apresentou em 2006, sendo assim, foi discriminado abaixo elementos caracterizadores de cada um desses tipos e que podem ser observados na biblioteca e em seu entorno.

a) Acessibilidade Instrumental

A acessibilidade instrumental permite a disponibilização de ferramentas, equipamentos e instrumentos que auxiliem as pessoas com deficiência. De certa forma, envolve a acessibilidade tecnológica, visto que a maioria das ferramentas usadas no ambiente da biblioteca trata-se de tecnologia assistiva digital, como uso de *software* para deficientes visuais.

A acessibilidade instrumental garante que a biblioteca disponha de lupas, régua de leitura, fotocopiadora para ampliação de textos, *scanner* para digitalizar documentos, a fim de realizar o reconhecimento óptico de caracteres permitindo a transcrição dos documentos para formatos acessíveis, impressora Braille acoplada aos computadores disponíveis aos usuários, teclados, mouse, monitores acessíveis, linha Braille, programas e software acessíveis (DOSVOX, NVDA, Braille fácil).

b) Acessibilidade Arquitetônica

A acessibilidade arquitetônica começa no entorno da biblioteca, estacionamento, entrada até chegar ao espaço interno. Segue alguns pontos importantes a serem observados:

- a) transporte público acessível no entorno da biblioteca;
- b) faixa de pedestre com sinalização visual e sonora para pedestre no entorno da biblioteca;
- c) acesso à entrada é sinalizado com piso tátil;
- d) rota acessível de acesso à biblioteca;
- e) estacionamento com vagas preferenciais;
- f) iluminação, cores e contraste entre paredes, pisos e portas, entre maçanetas e portas e entre estas e o batente, deve ser avaliado cuidadosamente, a fim de facilitar a percepção dos diferentes elementos arquitetônicos por pessoas com baixa visão;
- g) dimensões internas e a disposição do mobiliário permitindo a mobilidade de todas as pessoas com acessórios de mobilidade (bastões, muletas, andadores, cadeiras de rodas etc.);
- h) acesso a ambientes com degraus e escadas fixas estão associados às rampas acessíveis ou ao equipamento de transporte vertical/inclinado;
- i) sanitário acessível para pessoas com limitações físicas ou dificuldades de locomoção.

c) Acessibilidade atitudinal

Todos os tipos de acessibilidade estão relacionados à acessibilidade atitudinal, que visa perceber o outro sem estigmas, discriminação e estereótipos. Acredita-se que, na prática, um indicativo da existência deste tipo de acessibilidade acontece quando há programas e ações por parte dos gestores para a promoção de ações de acessibilidade.

d) Acessibilidade programática

A acessibilidade programática visa contemplar formalmente, por meio de documentos, as pessoas com deficiência, por isso é importante dispor de um regulamento que considere

questões relativas à acessibilidade como produtos e serviços oferecidos especialmente a pessoas com deficiência. Além disso, a política de desenvolvimento de coleções deve estar em conformidade com as leis vigentes, prevendo aquisição de formatos alternativos (Braille, áudio, digital).

Outro ponto é promover ações culturais que incluam todos os usuários, independentemente de limitações físicas, sensoriais ou cognitivas. Documentos como a política de acessibilidade também são considerados acessibilidade programática.

e) Acessibilidade comunicacional e à informação

A acessibilidade comunicacional visa eliminar as barreiras comunicacionais, que atingem especialmente a comunicação interpessoal, comunicação escrita (textos em Braille e em tamanho ampliado), linguagem (Língua Brasileira de Sinais - Libras) e tecnologias de comunicação.

A acessibilidade comunicacional facilita o processo de inclusão transpondo barreiras físicas e arquitetônicas quando há uma boa sinalização informativa direcional das entradas acessíveis da biblioteca, maquete visual impressa e tátil para orientar os usuários sobre a localização das diferentes áreas da biblioteca, sinalização quanto aos assuntos das obras arquivadas e na ordem em que estão dispostos, corrimãos de escadas e rampas estão sinalizados em Braille e em relevo, mensagens sonoras, alarmes sonoros, bem como os alarmes vibratórios.

A acessibilidade à informação diz respeito a obras impressas em papel (livros, periódicos, folhetos, jornais, etc.), em formato digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela ou em versão sonora em formato magnético, obras essencialmente visuais ou não textuais (gráficos, tabelas, imagens, legendas gráficas etc.) disponíveis na versão visual ampliada, sonora (por locução) e tátil (em texturas diferenciadas, mapas táteis, caracteres em relevo etc.).

Pode ser considerado também o conteúdo acessível do site, podendo ser adaptado por diferentes dispositivos de acesso, catálogo informatizado, serviços de atendimento ao usuário para consulta e resposta disponíveis nos mais diversos meios de comunicação como, por exemplo, correio eletrônico, telefone, atendimento on-line via Internet etc.

4.5 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E A GARANTIA DE ACESSO

Como parte integrante da universidade, a biblioteca universitária pode ser definida, conforme Silveira (1992, p. 95), como “uma biblioteca dedicada ao fornecimento de suportes

informativas às instituições de ensino superior para desempenhar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária”.

A biblioteca universitária tem o papel de suprir as necessidades de informação, segundo Silva Conceição e Braga (2004, p. 135),

A biblioteca universitária está diretamente ligada ao ensino superior e é uma instituição fundamental para auxiliar no processo de aprendizagem. Sua influência está ligada ao auxílio, ao ensino, à pesquisa, ao atendimento a estudantes universitários e à comunidade em geral. Seu papel é suprir as necessidades de informações técnicas, científicas e literárias ao ensino, à pesquisa e à extensão.

A biblioteca universitária está diretamente ligada ao ensino superior, ou seja, está vinculada ao sistema de educação de nível superior e, sendo assim, auxilia, atende e supre necessidades informativas. Resumidamente, em relação à universidade, a biblioteca universitária fornece suportes informativos; supre as necessidades informativas; atende ao público; e auxilia processos (SILVA; CONCEIÇÃO; BRAGA, 2004).

A biblioteca universitária possui diversas atuações dentro do ambiente universitário, muitas vezes ela é responsável pelo avanço e melhor desenvolvimento da universidade, conforme Woodsworth (1989), o valor da biblioteca universitária não será mensurado pelo tamanho, profundidade ou amplitude das coleções que possuem, mas pela sua capacidade de fornecer acesso à informação em todas as formas possíveis. Já Miranda (2007, p. 4) pontua o seguinte:

O principal papel da biblioteca universitária é atender às necessidades informativas da comunidade acadêmica (corpo docente, discente, pesquisadores e técnico-administrativo), direcionando sua coleção aos conteúdos programáticos ou em projetos acadêmicos dos cursos ministrados pela universidade na qual se encontra inserida.

É nesse sentido que a biblioteca universitária possui uma infinidade de possibilidades de oferta de recursos quando se fala em garantia de acesso e inclusão das pessoas com deficiência, e tornar viável este acesso é dever dos bibliotecários e missão das bibliotecas. Deve-se levar em conta quantas pessoas têm dificuldade em localizar e utilizar a informação. Segundo Campello (1998), “[...] apesar da abundância de informação, a maioria das pessoas tem dificuldade em localizá-las e em utilizá-las, considerando-se a complexidade e diversidade do ambiente informacional em que vivemos”. Assim, é ainda mais importante que as bibliotecas possam oferecer a mais diversa gama de tecnologia assistiva para assim estarem preparadas e adaptadas, a fim de receber o aluno com deficiência, garantindo acesso à informação.

A tecnologia assistiva engloba produtos, serviços, metodologias que permitem ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, contribuindo para inclusão e autonomia e uma melhor qualidade de vida. A tecnologia assistiva é fruto da aplicação de avanços tecnológicos de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana. Pode-se dizer que a tecnologia assistiva são recursos tecnológicos que tornam o desempenho das atividades da vida mais fácil. Entre as atividades existentes, pode-se identificar como principais: a comunicação, a mobilidade, o trabalho, a educação, o lazer, a higiene pessoal e a saúde (GARCIA; VIEIRA, 2018).

Na educação inclusiva, a tecnologia assistiva pode ser interpretada como um conjunto de aparatos que propiciam o acesso e a participação dos alunos com deficiência na aprendizagem, auxiliando-os nos enfrentamentos de suas necessidades, na reabilitação e na educação (GARCIA; VIEIRA, 2018). Nessa perspectiva, a Biblioteca universitária deve auxiliar na educação oferecendo a mais diversa gama de tecnologia assistiva como livros em Braille, áudio livros lupas manuais e/ou eletrônicas de leitura, computadores equipados com teclado com letras ampliadas, softwares ampliadores de tela, impressoras Braille, recursos de reconhecimento de voz.

Atualmente o debate sobre inclusão nas bibliotecas universitárias vem se expandindo e pouco a pouco as bibliotecas se adequam para atender os alunos com deficiência. Entretanto, não somente as bibliotecas devem sofrer mudanças, mas também os bibliotecários devem estar aptos a atender qualquer pessoa. Dessa forma, é de suma importância que os bibliotecários se atualizem através da educação continuada para oferecer um serviço de qualidade. Cruz, Mendes e Weitzel, (2004, p. 12) consideram a integralização entre universidade e biblioteca fundamental para a complementação do aprendizado. Segundo as autoras, a biblioteca tem o papel de promover o engajamento entre teoria e prática nas diferentes disciplinas, além de ter “grande importância no campo da educação profissional, para isso exigindo o acervo sempre atualizado e pessoal especialmente capacitado” (CRUZ; MENDES; WITZEL, 2004, p. 12).

A biblioteca universitária, como um equipamento cultural, é palco das mais diversas temáticas, inclusive as mais sensíveis, e está constantemente convidando a comunidade acadêmica para participar e, por vezes, encontrar possíveis soluções para as problemáticas existentes na sociedade, e a temática da deficiência tem sido tema central nas universidades. Tais instituições estão sujeitas às leis da área da inclusão. O levantamento realizado por Assis (2018, p. 24), apresentado no quadro 1, expõe os dispositivos legais analisados como os principais relativos ao tema.

Quadro 1 – Lei, decretos e norma relacionados na pesquisa sobre a pessoa com deficiência

Documento	Assunto
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta a Lei n. 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências; e a Lei n. 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. No capítulo VI - Do acesso à informação e à comunicação, art. 47, o decreto estabelece a obrigatoriedade de acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet) para as pessoas com deficiência visual.
Decreto Legislativo nº 186/2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 2007. O documento obteve equivalência de emenda constitucional. Propósito da Convenção: promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.
Decreto nº 6.949/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 7.611/2011	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no art. 5º, § 2º: VII-estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. E no, § 5º, os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
Lei nº 13.146/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). No capítulo 3 – Da Tecnologia Assistiva, art. 74. Destaca que é garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.
NBR 9050/2015	Estabelece acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Fonte: Assis (2018, p. 24).

Analisando a situação das universidades federais, Assis (2018) levantou que a maior parte dos 63 institutos de ensino superior brasileiro não possuem uma política de acessibilidade consolidada, apesar de demonstrarem interesse pelo tema, disponibilizarem relatórios de seus setores de acessibilidade, e estarem atentos a questões de acessibilidade e inclusão. A autora aponta ainda “que a criação de núcleos de acessibilidade, grupos de estudos, programas de apoio e/ou comissões permitem assegurar o direito dos estudantes, professores e técnicos com deficiência na universidade, integrando toda comunidade acadêmica” (ASSIS, 2018, p. 95).

Em resumo, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial (BRASIL, 2015). Considera-se que as estruturas

sociais podem ser responsáveis pelas desigualdades e desvantagens vividas pela pessoa com deficiência (BAMPI; GUILHEM; ALVES, 2010), para que a diminuição das barreiras e garantias sejam alcançadas, deve haver políticas públicas oferecidas em esferas nacionais, estaduais e municipais, de forma macro, para a população, conforme suas competências, como também nas instituições públicas, para os cidadãos a seu alcance.

Um aspecto a ser analisado nas políticas públicas é de o acesso à cultura ser considerado um dos direitos do cidadão. Nesse sentido, promover a acessibilidade nos espaços culturais, bem como nas bibliotecas, é propiciar às pessoas com deficiência o protagonismo e trabalhar pela garantia do direito de participação de todo ser humano na vida cultural. É nessa ótica que a biblioteca universitária possui uma infinidade de possibilidades de ofertas de recursos quando se fala em garantia de acesso e inclusão das pessoas com deficiência. Diante do exposto, tornar viável esse acesso é dever dos bibliotecários e missão das bibliotecas.

5 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma abordagem qualitativa. A metodologia escolhida para alcançar o objetivo geral de proposições das diretrizes de elaboração de uma política de acessibilidade possui fins descritivos.

O universo da pesquisa foi constituído pelos dados coletados sobre o processo de criação da política de acessibilidade do SiBI, que foi institucionalizada em 2020. O trabalho é caracterizado como estudo de caso, ou seja, “uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores” (ARAÚJO, C., *et al.*, 2008, p. 21).

Quanto à pesquisa bibliográfica e análise documental, o autor Sasaki foi referencial para conceituação de tipos de acessibilidade, pois já eram utilizados. Para a pesquisa sobre política de acessibilidade, foram definidos descritores e palavras-chave para, em seguida, montar as estratégias de busca, e, então, foi feito um levantamento onde os principais artigos escolhidos foram: Bernardes e colaboradores (2019); Bampi, Guilhem e Alves (2010); Diniz, Alves e Silva (2019); e a dissertação de Assis (2018) para discussão conceitual. Dos artigos sobre estudo de casos, apenas os relatos de bibliotecas universitárias federais brasileiras foram selecionados para análise.

Para identificar manuais, regimentos e protocolos para usuários com deficiência, foram consultadas a legislação vigente, as normas da ABNT e documentos disponibilizados pela UFRJ.

Sendo assim, apresenta-se a pesquisa bibliográfica e análise documental.

5.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A base teórica do presente trabalho surge a partir da seguinte pergunta norteadora: “as bibliotecas universitárias possuem política de acessibilidade?”. Para respondê-la, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da literatura cinzenta (trabalhos acadêmicos, normas técnicas, anais de congressos, publicações oficiais) e da literatura branca (livros e artigos de periódicos científicos).

Antes de tudo é importante definir as palavras-chave e os descritores, para assim, montar as estratégias de busca nas bases de dados científicas. As palavras-chave são termos simples ou expressões definidas pelo autor que não são usuais da comunidade científica. Já os descritores

são termos padronizados e aceitos pela ciência, definidos por especialistas para identificar assuntos publicados nos artigos científicos.

Existe um tipo de dicionário, chamado de vocabulário controlado, onde estão relacionados todos os descritores de uma determinada área do conhecimento para que os pesquisadores que forem fazer as buscas utilizem os mesmos termos.

Dessa forma, foram consultados dois vocabulários controlados para definição dos descritores: Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e o Thesaurus Brasileiro da Educação da INEP, sendo que deste foram extraídos os seguintes termos: “Biblioteca Universitária”, “Bibliotecas”, “Pessoas com Deficiência”, “Universidades”.

No quadro 2 apresenta-se a conceituação dos descritores e onde foram encontrados.

Quadro 2 – Conceituação dos descritores e onde foram encontrados

Descritores	Vocabulário Controlado	Conceituação
Biblioteca Universitária	Thesaurus Brasileiro da Educação	"Biblioteca que integra uma universidade e se destina, pela natureza de seu acervo e de serviços que oferece, a satisfazer necessidades documentárias resultantes de atividades de ensino e de pesquisa da instituição. Notas: 1. A biblioteca universitária pode ter organização centralizada ou descentralizada ou, ainda, adotar um terceiro sistema, que parece ser o ideal, de descentralização coordenada. Este sistema se caracteriza pela existência de coleções nos institutos centrais ou em entidades congêneres com serviços de referência e de empréstimo exclusivos, todos funcionando como extensões da biblioteca central, única habilitada a adquirir, a classificar e a catalogar o material bibliográfico e audiovisual. 2. Somente em casos excepcionais são admitidas bibliotecas em unidades menores do que os institutos."
Bibliotecas	DeCS	Instituições que abrigam coleções de fontes de informação adquiridas e organizadas sistematicamente e que geralmente prestam assistência a usuários.
Pessoas com Deficiência	DeCS	Pessoas com deficiência física ou mental que afeta ou limita suas atividades de vida diárias e que podem requerer acomodações especiais.
Universidades	DeCS	Instituições educacionais que promovem facilidades para o ensino e a pesquisa e autorizadas a conceder os graus acadêmicos.

Fonte: DeCS (2020); INEP (2020).

A conceituação dos termos e as relações entre eles, o que os define como descritores ou não, são determinadas pelo sistema ontológico de cada área do conhecimento como, por exemplo, os termos “Acessibilidade” e “Inclusão”, que são interdisciplinares. Eles foram utilizados como palavras-chave por não estarem contemplados em nenhuma das duas bases de estruturas conceituais.

Para a utilização dos descritores e palavras-chave, foram adotadas as seguintes estratégias de busca: Política de Acessibilidade AND Biblioteca (E1), “Política de Acessibilidade” AND Biblioteca (E2), Política de Acessibilidade AND Biblioteca Universitária (E3), “Política de Acessibilidade” AND Biblioteca Universitária (E4), “Política de Acessibilidade” AND Pessoas com deficiência (E5), “Política de Acessibilidade” AND Universidade (E6), “Política de Acessibilidade” (E7).

As bases de dados escolhidas para o levantamento bibliográfico, visando identificar os documentos sobre a temática foram: Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). O acesso às bases ocorreu no mês de fevereiro de 2021 e não foi utilizado recorte temporal nas buscas, prevenindo a limitação dos achados.

Obteve-se os quantitativos de documentos indicados nos quadros, de três a seis, conforme as tabelas de 1 a 4.

Tabela 1 – Resultado de busca pelo Portal de Periódicos CAPES

Estratégia de busca	Palavra-chave	Operador booleano	Descritor	Recuperados
(E1)	Política de Acessibilidade	AND	Bibliotecas	256
(E2)	“Política de Acessibilidade”	AND	Bibliotecas	2
(E3)	Política de Acessibilidade	AND	Biblioteca Universitária	7
(E4)	“Política de Acessibilidade”	AND	Biblioteca Universitária	0
(E5)	“Política de Acessibilidade”	AND	Pessoas com deficiência	8
(E6)	“Política de Acessibilidade”	AND	Universidades	10
(E7)	Política de Acessibilidade”	-	-	14

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 2 – Resultado de busca pela BDTD

Estratégia de busca	Palavra-chave	Operador booleano	Descritor	Recuperados
(E1)	Política de Acessibilidade	AND	Bibliotecas	353
(E2)	“Política de Acessibilidade”	AND	Bibliotecas	10
(E3)	Política de Acessibilidade	AND	Biblioteca Universitária	22
(E4)	“Política de Acessibilidade”	AND	Biblioteca Universitária	1
(E5)	“Política de Acessibilidade”	AND	Pessoas com deficiência	17
(E6)	“Política de Acessibilidade”	AND	Universidades	26
(E7)	“Política de Acessibilidade”	-	-	28

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 3 – Resultado de busca pela BRAPCI

Estratégia de busca	Palavra-chave	Operador booleano	Descritor	Recuperados
(E1)	Política de Acessibilidade	AND	Bibliotecas	11
(E2)	“Política de Acessibilidade”	AND	Bibliotecas	11
(E3)	Política de Acessibilidade	AND	Biblioteca Universitária	4
(E4)	“Política de Acessibilidade”	AND	Biblioteca Universitária	4
(E5)	“Política de Acessibilidade”	AND	Pessoas com deficiência	2
(E6)	“Política de Acessibilidade”	AND	Universidades	8
(E7)	“Política de Acessibilidade”	-	-	27

Fonte: Elaborado pela autora.

Tabela 4 – Resultado total dos itens relevantes nas 3 bases de dados

Estratégia de busca	Palavra-chave	Operador booleano	Descritor	TOTAL
(E1)	Política de Acessibilidade	AND	Bibliotecas	13
(E2)	“Política de Acessibilidade”	AND	Bibliotecas	24
(E3)	Política de Acessibilidade	AND	Biblioteca Universitária	9
(E4)	“Política de Acessibilidade”	AND	Biblioteca Universitária	2
(E5)	“Política de Acessibilidade”	AND	Pessoas com deficiência	4
(E6)	“Política de Acessibilidade”	AND	Universidades	5
(E7)	“Política de Acessibilidade”	-	-	5

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda na construção teórica, foram realizadas buscas em publicações governamentais que contribuíssem para o trabalho ou que servissem de amparo legal.

Optou-se por pesquisar apenas instituições federais de ensino superior, tendo em vista que o objetivo final do trabalho é a elaboração de um plano de diretrizes que possa ser aplicado em bibliotecas universitárias federais, dessa forma, a pesquisa limitou-se a instituições dessa natureza, sendo realizada consulta nos *sites* dessas instituições, buscando informação sobre responsáveis pela acessibilidade nesses locais. A partir dos dados obtidos, foi feito um levantamento dos documentos que auxiliassem na elaboração das diretrizes para criação de uma política de acessibilidade.

5.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

A abordagem do objeto de estudo deste trabalho está enfocada no método de análise documental para coletar e avaliar as fontes informacionais. Segundo May (2004), os tipos das fontes documentais que o pesquisador social tem ao seu dispor independem do suporte: leis, registros governamentais, iconografias, entre outros. Dessa forma, o trabalho valeu-se, para

fundamentação teórica, na pluralidade de registros governamentais e leis; e, na coleta para a pesquisa de campo, nos documentos públicos da UFRJ.

5.3 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO E O SISTEMA DE BIBLIOTECAS

Esta seção tem o intuito de situar o campo empírico desta pesquisa, provendo informações importantes sobre a UFRJ e o seu sistema de bibliotecas, SiBI.

5.3.1 A Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em 7 de setembro de 1920, o governo federal criou sua primeira universidade, a Universidade do Rio de Janeiro. No Brasil, universidades e cursos superiores até então eram proibidos por lei, uma determinação do tempo colonial ainda (UFRJ, [2022]). A Universidade do Rio de Janeiro foi constituída a partir da reunião de três escolas que até então funcionavam de forma independente: a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito (UFRJ, [2022]).

Contudo, esta fusão não implicou aproximação e troca de saberes e, então, em 5 de julho de 1937, houve uma reorganização transformando a URJ em Universidade do Brasil (UB), incorporando-se a ela diversas unidades e institutos já existentes, nas áreas de Química, Filosofia, Ciências e Letras, Metalurgia e Música.

Somente em 1960, com a reforma do ensino superior, o governo federal, a fim de padronizar o nome das instituições universitárias federais, denominou a UFRJ com seu nome atual (UFRJ, [2022]).

5.3.2 Sistema de Bibliotecas da UFRJ

Em 1983, a partir de projeto proposto por uma comissão de bibliotecários, e, tendo como responsável a professora Lena Vânia Ribeiro Pinheiro, com a função de organizar a aquisição centralizada de periódicos estrangeiros para a UFRJ, teve início o SiBI. O sucesso desse trabalho demonstrou à Universidade a necessidade de uma nova organização, de estrutura sistêmica centralizada para a administração de suas bibliotecas. Assim, foi instituído o SiBI, que tem por finalidade coordenar ações que visam integrar as bibliotecas à realidade educacional e administrativa da universidade. De forma geral, é responsável pela

implementação de políticas de planejamento, gerenciamento de tecnologias, desenvolvimento de acervos e serviços de informação (UFRJ, [2018a]).

O SiBI atua como órgão promotor do desenvolvimento das bibliotecas, da capacitação continuada de seus membros, da atualização e manutenção dos acervos, modernização e informatização, definição de políticas de informação e padrões técnicos. As bibliotecas que integram o SiBI são gerenciadas por meio de coleta de dados anuais para a base BAGER (Base Gerencial), que possibilita avaliar o desenvolvimento e o desempenho das bibliotecas, assim como identificar as necessidades de pessoal, acervo e infraestrutura, que serão atendidas pelos recursos orçamentários de que dispõe ou por projetos e editais dos quais participa (UFRJ, [2018a]).

Em 2020, o SiBI contava com 366 servidores em seu quadro de pessoal, entre eles, além de bibliotecários e auxiliares de biblioteca, estão arquivista, historiadores, museólogo (UFRJ, 2020). A distribuição desses profissionais é apresentada no quadro abaixo:

Tabela 5 – Quadro de pessoal do SiBI

Pessoal	2020
Arquivista	1
Assistente Administrativo	41
Auxiliar Administrativo	19
Auxiliar - Biblioteca	54
Bibliotecário	225
Historiador	1
Museólogo	1
Apoio	14
Nível Médio	10
Total Geral	366

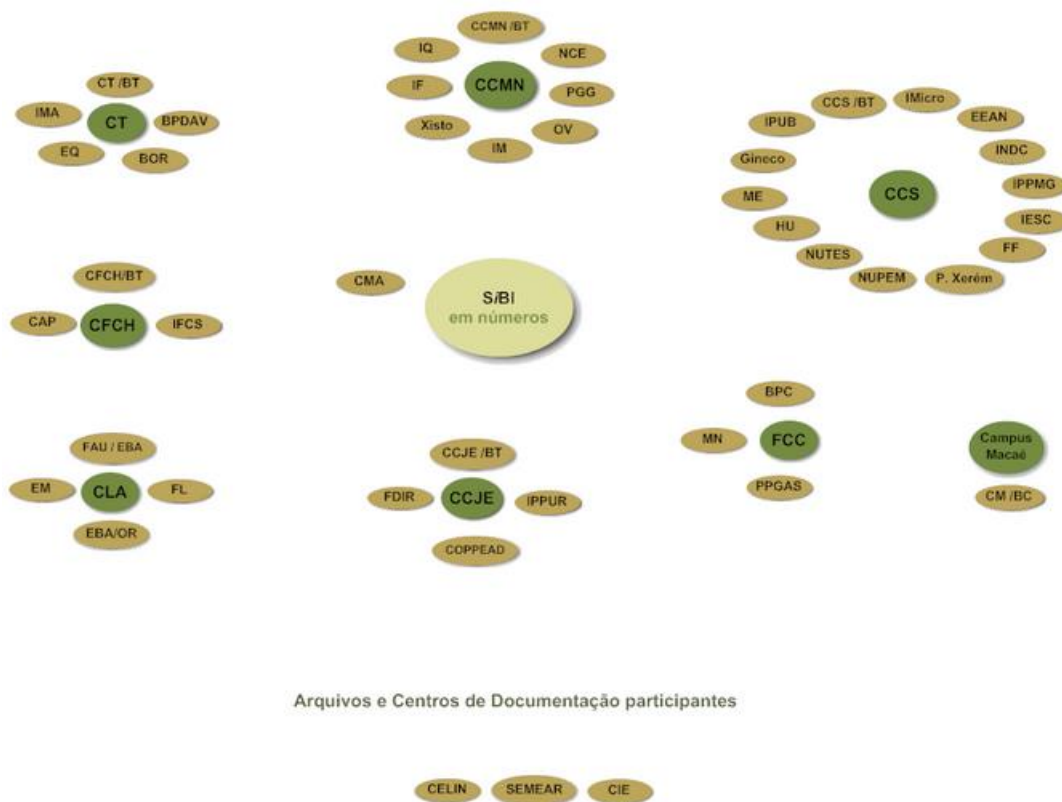
Fonte: UFRJ (2020).

5.3.3 Bibliotecas

O SiBI integra 44 bibliotecas e 1 centro de documentação, distribuídas pelos campi Campus Caxias; Campus Aloísio Teixeira, em Macaé; Cidade Universitária; Praia Vermelha e outros em bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Uma apresentação panorâmica é apresentada na fig.2.

Figura 2 – Panorama SiBI 2020 – Bibliotecas Integrantes



Fonte: <http://www.sibi.ufrj.br/panorama.htm>.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se, primeiramente, uma seção com um panorama do processo de inclusão na UFRJ; em seguida, outra seção exhibe um levantamento realizado junto à universidade dos alunos com deficiência matriculados nos cursos de graduação desde 2017, primeiro ano de ingresso desses discentes por meio de ações afirmativas.

De 2017 a 2019, foi realizada uma pesquisa sobre os alunos com deficiência matriculados por curso de graduação; e, em 2020, obteve-se os dados dos alunos com deficiência com matrícula ativa, por nível de formação e o tipo de deficiência.

Dando continuidade, foram listadas as bibliotecas que compõem o SiBI e os recursos de acessibilidade disponíveis.

Por fim, apresenta-se a construção da Política de Acessibilidade do SiBI.

6.1 PANORAMA DO PROCESSO DE INCLUSÃO NA UFRJ

Tendo em vista a relevância do tema da acessibilidade e inclusão e a necessidade de organizar, sistematizar e estabelecer a articulação institucional, a UFRJ, desde 2007, vem promovendo a discussão do assunto por meio de ações interdisciplinares e pela mobilização coletiva de grupos interessados. Ademais, cabe ressaltar a constituição do Núcleo Interdisciplinar de Acessibilidade (NIA), em 2007, e sua posterior incorporação à Divisão de Inclusão Social, Acessibilidade e Assuntos Comunitários (DINAAC), em 2010, bem como a criação do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva em 2016, e a instituição da Diretoria de Acessibilidade (DIRAC) em 2018 (UFRJ, [2018b]).

O NIA foi criado com intuito de atender às exigências do MEC, para a UFRJ concorrer à seleção das instituições a serem agraciadas com verbas no Programa Incluir. Tal núcleo, então, passou a promover ações de integração e promoção de acessibilidade em diferentes unidades da universidade, absorvendo as que já existiam, e integrou discentes, pesquisadores, servidores docentes e técnicos-administrativos que se preocupavam com a temática. Entre 2007 e 2009, o NIA se sustentou através de verbas repassadas pelo MEC, sem que houvesse apoio institucional. Em 2009, parou suas atividades (SOUZA *et al.*, [2017]).

Em 2010, o NIA foi incorporado à DINAAC, passando a ser responsável pela elaboração e fiscalização de projetos de adaptação dos espaços e melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica (SOUZA *et al.*, [2017]).

A instituição do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva origina-se de eventos de sucesso, como o I Fórum Universitário de Acessibilidade UFRJ, realizado em 2013, bem como o II Fórum de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva da UFRJ, promovido em outubro de 2015, que serviram para retomar a mobilização dos grupos atuantes na área de ações para apoio à pessoa com deficiência (SOUZA *et al.*, [2017]). Atualmente, o fórum se reúne mensalmente e conta com representantes de toda comunidade acadêmica.

Com a criação do citado Fórum, o SiBI passou a participar das discussões sobre inclusão da PCD e vem contribuindo com ações, como mapeamento e diagnóstico de acessibilidade nas bibliotecas, além de integrar a Câmara de Projetos, Obras, Questões Ambientais e Qualidade de Vida, em que colabora com assuntos ligados à acessibilidade em bibliotecas e com outros projetos de acessibilidade na Universidade.

Atualmente o setor competente nas questões ligadas à acessibilidade é a DIRAC, que está subordinada ao gabinete do reitor. Trabalha buscando identificar as demandas e necessidades de acessibilidade da UFRJ, dialogando com outras instâncias dentro e fora da universidade (UFRJ, [2018b]).

Embora o caminho para tornar as bibliotecas da UFRJ acessíveis tenha sido longo, é consenso entre os profissionais bibliotecários, segundo conversas observadas no cotidiano profissional da pesquisadora nessa instituição, que tornar os espaços das bibliotecas inclusivos é um aprendizado. Sobre tal, se pode afirmar que é um caminhar com a ideia de que a inclusão se faz quando se “reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade [...] independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social” (ARANHA, 2000, p. 2).

Todo esse movimento que perdurou anos serviu para que a UFRJ pudesse receber pela primeira vez, durante o segundo semestre de 2017, alunos com deficiência ingressados a partir do SISU, política que vem sendo mantida (UFRJ, [2018a]).

6.2 LEVANTAMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA OU TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO NA UFRJ¹

Os estudantes com deficiência encontram-se nos mais diversos cursos, turnos, campus da UFRJ e apresentam múltiplas condições específicas. Existem 9 (nove) modalidades de acesso à universidade para as pessoas com deficiência, que são elas:

¹ Nessa categoria, estão incluídos os alunos com diagnóstico de autismo, Síndrome do Espectro Autista (Asperger), Transtorno Desintegrativo da Infância (psicose) e Transtorno Invasivo de Desenvolvimento.

- a) Ampla concorrência;
- b) Egresso de escolas públicas;
- c) Egresso de escolas públicas que se declaram com deficiência;
- d) Egresso de escolas públicas que se declaram pretos, pardos ou indígenas;
- e) Egresso de escolas públicas que se declaram pretos, pardos ou indígenas e com deficiência;
- f) Egresso de escolas públicas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita;
- g) Egresso de escolas públicas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita e com deficiência;
- h) Egresso de escolas públicas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que se declaram pretos, pardos ou indígenas;
- i) Egresso de escolas públicas, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita que se declaram pretos, pardos ou indígenas e com deficiência. (UFRJ, 2021a).

Por meio de dados fornecidos pela DIRAC e compilados pela autora, contabilizou-se, durante o segundo semestre de 2017, um total de 103 matrículas de alunos com deficiência auditiva, visual, de locomoção e cognitiva, nos cursos de graduação. Em fevereiro de 2019, a UFRJ já contava com 251 alunos com deficiência matriculados por meio dessas ações afirmativas.

Nas tabelas de 1 a 11, estão apresentadas distribuições dos alunos com deficiência por Centros e seus respectivos cursos de graduação na UFRJ.

Tabela 6 – Alunos com deficiência por curso no Centro de Ciências da Saúde (CCS)

Curso no CCS	Alunos com deficiência
Biofísica	1
Biotecnologia	1
Ciências Biológicas	8
Dança	2
Educação Física	12
Farmácia	9
Fonoaudiologia	4
Gastronomia	2
Medicina	34
Nanotecnologia	1
Nutrição	2
Odontologia	3
Saúde Coletiva	1
Terapia Ocupacional	3
TOTAL	83

Fonte: UFRJ (2019).

Tabela 7 – Alunos com deficiência por curso no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE)

Cursos CCJE	Alunos com deficiência
Administração	3
Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação	1
Ciências Contábeis	6
Defesa e Gestão Estratégica Internacional	6
Direito	30
Economia	9
Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social	3
Relações Internacionais	3
TOTAL	61

Fonte: UFRJ (2019).

Tabela 8 – Alunos com deficiência por curso no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH)

Cursos CFCH	Alunos com deficiência
Ciências Sociais	4
Comunicação Social	9
Filosofia	1
História	6
Pedagogia	3
Psicologia	8
Serviço Social	9
TOTAL	40

Fonte: UFRJ (2019).

Tabela 9 – Alunos com deficiência por curso no Centro de Tecnologia (CT)

Cursos CT	Alunos com deficiência
Engenharia Ambiental	2
Engenharia Ciclo Básico	1
Engenharia Civil	5
Engenharia de Computação e Informação	1
Engenharia de Controle e Automação	1
Engenharia de Materiais	2
Engenharia de Petróleo	1
Engenharia de Produção	1
Engenharia Elétrica	1
Engenharia Mecânica	2
Engenharia Naval e Oceânica	1
Engenharia Nuclear	1
Engenharia Química	7
TOTAL	26

Fonte: UFRJ (2019).

Tabela 10 – Alunos com deficiência por curso do Centro de Letras e Artes (CLA)

Cursos CLA	Alunos com deficiência
Arquitetura e Urbanismo	1
Artes Plásticas	2
Conservação e Restauração	1
História da Arte	1
Letras	8
Música	1
TOTAL	14

Fonte: UFRJ (2019).

Tabela 11 – Alunos com deficiência por curso do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN)

Cursos CCMN	Alunos com deficiência
Matemática	5
Química	2
Ciências Atuariais	1
Ciência da Computação	5
TOTAL	13

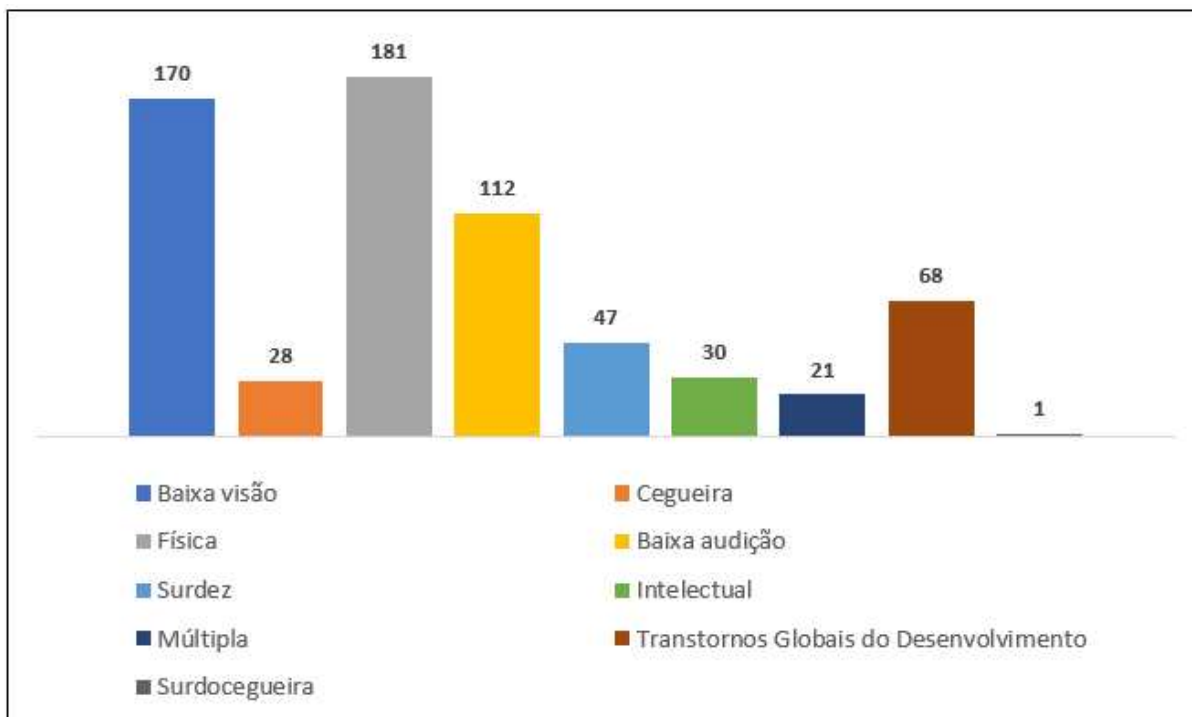
Fonte: UFRJ (2019).

Observa-se que não foi possível definir o curso de origem de 14 alunos matriculados, indicados no documento para apresentar a atual conjuntura dos discentes com deficiência e/ou Transtornos Globais do Desenvolvimento da UFRJ, foram pesquisados os dados fornecidos pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), aos quais a Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas, da qual a pesquisadora autora é membro, teve acesso no mês de maio de 2020. Tais dados divulgados pelo e-SIC contêm informações relativas ao:

- a) Total do alunado com deficiência na UFRJ;
- b) Quantitativo dos estudantes com deficiência da UFRJ por nível de formação acadêmica;
- c) Número de estudantes que ingressaram na UFRJ por meio de cotas para pessoas com deficiência.

O primeiro levantamento apontou o número de estudantes com deficiência ou Transtornos Globais do Desenvolvimento com matrícula ativa na Universidade, como pode ser verificado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Estudantes com deficiência e estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento com matrícula ativa na UFRJ



Fonte: e-SIC (UFRJ, 2020a).

Segundo informações obtidas por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, existem 590 estudantes com deficiência na UFRJ. O tipo de deficiência que mais predomina entre esses discentes é a deficiência visual, com 170 alunos com visão subnormal ou baixa visão e 28 estudantes com cegueira. Em segundo lugar, está a deficiência física, com o quantitativo de 181 estudantes. E, em terceiro lugar, está a deficiência auditiva, com 112 estudantes com baixa audição e 47 com surdez. Em menor número, estão as deficiências intelectual e múltipla, com 30 e 21 estudantes, respectivamente.

Verificou-se que um estudante tem surdocegueira.

A Universidade conta com 68 estudantes com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), mais especificamente, eles têm Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Asperger, Síndrome de RETT e Transtorno Desintegrativo da Infância. O segundo levantamento indicou o número de estudantes com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento em relação ao nível de formação acadêmica (graduação, especialização, residência, mestrado e doutorado), como pode ser observado na tabela 12.

Tabela 12 – Discentes da UFRJ com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento por nível de formação acadêmica

Tipo	Nível de formação acadêmica						Total
	Graduação	Especialização	Residência	Mestrado	Mestrado profissional	Doutorado	
Baixa audição	101	0	0	2	1	8	112
Cegueira	27	1	0	0	0	0	28
Física	171	1	1	2	2	4	181
Intelectual	29	0	0	1	0	0	30
Múltipla	21	0	0	0	0	0	21
Surdez	45	1	0	0	0	1	47
Surdocegueira	1	0	0	0	0	0	1
Transtornos Globais do Desenvolvimento	65	1	0	1	1	0	68
Visão subnormal ou baixa visão	154	2	0	5	3	6	170
Total	614	6	1	11	7	19	658

Fonte: e-SIC (UFRJ, 2020a).

De acordo com as informações fornecidas pelo e-SIC, a Universidade Federal do Rio de Janeiro possui ao todo 658 estudantes com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento com matrícula ativa (até à data da consulta). A grande maioria desse alunado, 614 pessoas, são estudantes de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), o que corresponde a 93% do todo. A deficiência que mais predomina entre os discentes de graduação é a deficiência física, com o quantitativo de 171 estudantes (UFRJ, 2020).

Em cursos de especialização, o quantitativo é de seis discentes. Entre os cursos de residência médica da Universidade, tem-se apenas um estudante com deficiência física. Nos cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado tem-se o quantitativo de 11, 7 e 19 discentes, respectivamente (UFRJ, 2020a).

Outro dado pertinente refere-se ao quantitativo de estudantes com deficiência que ingressaram na Universidade por meio do sistema de cotas para pessoas com deficiência, implementado por meio de uma política de ação afirmativa, em 2017. Segundo informações obtidas por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, 465 estudantes ingressaram na UFRJ por meio do sistema de cotas para pessoas com deficiência (UFRJ, 2020a).

6.3 BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

As bibliotecas da UFRJ servem de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão, visam prover à comunidade acadêmica acesso aos recursos de informação e fornecer subsídios ao desenvolvimento de suas atividades. Elas compõem uma rede de 44 bibliotecas, que são coordenadas pelo Sistema de Biblioteca e Informação, órgão suplementar do Fórum de Ciência e Cultura (FCC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o qual tem por objetivo principal a interação de suas bibliotecas à política educacional e administrativa (UFRJ, [2021b]).

Conforme UFRJ ([2021b]), apresentam-se as bibliotecas, segundo o centro acadêmico onde estão localizadas:

- Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas – CCJE
Biblioteca Eugênio Gudim do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - CCJE
Biblioteca Prof. Agrícola Bethlem do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – COPPEAD
Biblioteca Carvalho de Mendonça da Faculdade Nacional de Direito – FND
Biblioteca do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR
- Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza – CCMN
Biblioteca Central do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza – CCMN
Biblioteca Plínio Sussekind Rocha do Instituto de Física – IF
Biblioteca Professor Leopoldo Nachbin do Instituto de Matemática – IM
Biblioteca Professor Jorge de Abreu Coutinho do Instituto de Química – IQ
Biblioteca do Núcleo de Computação Eletrônica – NCE
Biblioteca Professor Sílio Vaz do Observatório do Valongo – OV
Biblioteca Professor Maurício de Almeida Abreu do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG
Posto de Serviço de Informação do Polo de Xistoquímica
- Centro de Ciências da Saúde – CCS
Biblioteca Central do Centro de Ciências da Saúde – CCS
Biblioteca da Escola de Enfermagem Anna Nery – EEAN
Biblioteca da Faculdade de Farmácia – FF
Biblioteca do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – HU

Biblioteca do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva – IESC

Biblioteca do Instituto de Ginecologia – IG

Biblioteca do Instituto de Microbiologia Professor Paulo de Góes – IMPG

Biblioteca do Instituto de Neurologia Deolindo Couto – INDC

Biblioteca Asdrubal Costa, do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira – IPPMG

Biblioteca João Ferreira da Silva Filho do Instituto de Psiquiatria – IPUB

Biblioteca Jorge de Rezende da Maternidade Escola – ME

Biblioteca Aloísio Teixeira do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé – NUPEM

Biblioteca de Recursos Instrucionais do Núcleo de Tecnologia Educacional para Saúde – NUTES

Biblioteca do Campus Duque de Caxias – CDC

- Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH

Biblioteca Central do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH

Biblioteca do Colégio de Aplicação da UFRJ – CAP

Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS

- Centro de Letras e Artes - CLA

Biblioteca Professor Alfredo Galvão da Escola de Belas Artes – EBA

Biblioteca de Obras Raras da Escola de Belas Artes – EBAOR

Biblioteca Alberto Nepomuceno da Escola de Música – BAN

Biblioteca Lúcio Costa da Faculdade de Arquitetura – FAU

Biblioteca José de Alencar da Faculdade de Letras – FL

- Centro de Tecnologia – CT

Biblioteca Central do Centro de Tecnologia – CT

Biblioteca de Obras Raras ou Antigas do Centro de Tecnologia

Biblioteca Dirceu de Alencar Velloso – BPDV

Biblioteca Paulo Geyer da Escola de Química – EQ

Biblioteca Professor Carlos Alberto Hemais do Instituto de Macromoléculas - IMA

- Fórum de Ciência e Cultura – FCC

Biblioteca Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura – BPC

Biblioteca do Museu Nacional – MN

Biblioteca Francisca Keller do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS

Central de Memória Acadêmica – CMA

- Macaé Campus Professor Aloísio Teixeira

Biblioteca do Campus UFRJ Macaé Professor Aloísio Teixeira

6.4 CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DA UFRJ

No decorrer do ano, o SiBI coleta dados de sua acessibilidade, tanto para conhecimento da instituição, quanto para realização do Censo da Educação Superior do MEC. Os dados coletados referem-se aos quantitativos de servidores e alunos com deficiência, considerando a tipologia; à acessibilidade do acervo; e à acessibilidade das bibliotecas enquanto ambientes. A partir dessa pesquisa realizada em 2020, foram coletados os dados apresentados a seguir.

Em 2020, o SIBI registrou que sete de seus servidores ativos se declararam com deficiência, assim como entre seus usuários, 57 alunos inscritos declararam possuir algum tipo de deficiência (UFRJ, [2021b]).

O sistema de automação adotado nas bibliotecas, o *site* do SiBI e o repositório digital, que é denominado Pantheon, foram desenvolvidos de forma a atender aos requisitos mínimos de acessibilidade como janela de Libras, contraste e ampliação de fonte, conteúdo acessível por leitor de tela.

O acervo em Braille possui 3.076 itens (UFRJ, [2021b]).

Dentre as 44 bibliotecas, 24 delas possuem acessibilidade arquitetônica; 11 possuem também acessibilidade tecnológica; sete possuem acessibilidade comunicacional, com atendimento em Libras; e uma declarou possuir acessibilidade programática. (UFRJ, [2021b])

No Quadro 3, a seguir, estão apresentadas as bibliotecas que declararam possuir algum requisito de acessibilidade arquitetônica.

BIBLIOTECA	ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA
CCJE/BT	Pisos com cor opaca, pisos com superfície regular, firme e estável e sinalização visual.
CCJE/COPPEAD	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros), estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas e níveis de ruído razoáveis.
CCJE/FND	Banheiros adaptados, bebedouros e lavabos adaptados, cadeira de rodas, entrada/saída com dimensionamento, estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas e níveis de ruído razoáveis.
CCMN/BT	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, banheiros adaptados, entrada/saída com dimensionamento, entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda, estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas, mobiliário adaptado, níveis de ruído razoáveis e pisos antiderrapante, sinalização visual.
CCMN/IM	Entrada/saída com dimensionamento e entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda.
CCMN/NCE	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, entrada/saída com dimensionamento, entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda, níveis de ruído razoáveis, pisos com superfície regular, firme e estável e sinalização visual.
CCS/EEAN	Banheiros adaptados, calçada e corredores em bom estado de conservação, entrada/saída com dimensionamento, níveis de ruído razoáveis, pisos com cor opaca, pisos com superfície regular, firme e estável e rampa de acesso com corrimão.
CCS/FF	Equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros).
CCS/HU-IDT	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, calçada e corredores em bom estado de conservação, entrada/saída com dimensionamento, entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda e Pisos antiderrapante.
CCS/IESC	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, banheiros adaptados, bebedouros e lavabos adaptados, calçada e corredores em bom estado de conservação, entrada/saída com dimensionamento, entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda, espaço para atendimento adaptado - balcão de atendimento acessível por pessoa em cadeira de roda (O balcão apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão), estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas, níveis de ruído razoáveis e pisos com superfície regular, firme e estável.
CCS/INDC	Entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda e não possui rampa para acesso à biblioteca.
CCS/NUPEM	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, calçada e corredores em bom estado de conservação, estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas e pisos com superfície regular, firme e estável.

Continua

Continuação

CCS/NUTES	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, banheiros adaptados, calçada e corredores em bom estado
-----------	---

	de conservação, entrada/saída com dimensionamento, pisos antiderrapante, pisos com cor opaca e sinalização visual.
CDC/BT	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, banheiros adaptados, bebedouros e lavabos adaptados, calçada e corredores em bom estado de conservação, entrada/saída com dimensionamento, entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda, espaço para atendimento adaptado - balcão de atendimento acessível por pessoa em cadeira de roda (O balcão apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão), estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas, mobiliário adaptado, pisos com superfície regular, firme e estável e sinalização visual.
CFCH/BT	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, banheiros adaptados, bebedouros e lavabos adaptados, cadeira de rodas, calçada e corredores em bom estado de conservação, entrada/saída com dimensionamento, entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda, pisos com superfície regular, firme e estável e sinalização visual.
CFCH/CAP	Estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas, pisos antiderrapante, rampa de acesso com corrimão e sinalização visual.
CFCH/IFCS	Entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda.
CLA/FAU	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, banheiros adaptados, bebedouros e lavabos adaptados, calçada e corredores em bom estado de conservação, entrada/saída com dimensionamento, equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros), entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda, espaço para atendimento adaptado - balcão de atendimento acessível por pessoa em cadeira de roda (O balcão apresenta um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão), estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas, níveis de ruído razoáveis, pisos com superfície regular, firme e estável.
CLA/FL	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, calçada e corredores em bom estado de conservação e entrada/saída com dimensionamento.
CT/BPDAV	Banheiros adaptados e pisos com superfície regular, firme e estável.
CT/BT	Cadeira de rodas e entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda.
FCC/MN	Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, cadeira de rodas, calçada e corredores em bom estado de conservação, entrada/saída com dimensionamento, equipamento eletromecânico (elevadores, esteiras rolantes, entre outros), entorno das mesas com área livre para circulação de pessoa em cadeira de roda, estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas, níveis de ruído razoáveis, pisos antiderrapante, pisos com cor opaca, pisos com superfície regular, firme e estável e rampa de acesso sem corrimão.
FCC/SIBI/CMA	Entrada/saída com dimensionamento e pisos com superfície regular, firme e estável.
MACAÉ/BC	Banheiros adaptados, cadeira de rodas, calçada e corredores em bom estado de conservação, estantes de livros com distância mínima de 0,90 cm de largura entre elas e rampa de acesso com corrimão.

Fonte: SiBI (UFRJ, 2020b).

Quanto à acessibilidade tecnológica, as bibliotecas dispõem dos seguintes equipamentos apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 – Acessibilidade tecnológica nas bibliotecas da UFRJ medida em equipamentos de tecnologia da informação disponíveis aos usuários com deficiências, em 2020

BIBLIOTECA	TECNOLOGIA ASSISTIVA
CCJE/BT	Todos os computadores possuem com leitores de tela, e programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste decores. Fones de ouvido.
CCJE/FND	Computadores com leitores de tela, disponibiliza Impressoras em Braille, disponibiliza software e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão e fones de ouvido.
CCMN/BT	Computadores com leitores de tela, computadores com programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores, disponibiliza software e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão.
CCMN/NCE	Computadores com leitores de tela, computadores com programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores, disponibiliza software e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão, lupa portátil eletrônica e lupa eletrônica tipo mouse, computadores com Dosvox e VLibras.
CCS/HU-IDT	Software de leitura para as pessoas com deficiência visual.
CCS/NUPEM	Fones de ouvido.
CCS/BT	Disponibiliza impressoras em Braille, software e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão, teclado acessível com teclas ampliadas e teclado virtual.
CCS/EEAN	Computadores com programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores e disponibiliza software e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão.
CCS/FF	Teclado virtual.
CDC/BT	Computadores com leitores de tela, computadores com programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores, disponibiliza software e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão e teclado virtual
CFCH/BT	Computadores com programas ou funções que possibilitam a inversão e/ou contraste de cores e disponibiliza software e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão.
CFCH/IFCS	Disponibiliza software e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão.
CLA/FL	Disponibiliza software e outras aplicações de leitura para pessoas com baixa visão e teclado virtual.
CLA/EBAOR	Lupas.

Fonte: SiBI (UFRJ, 2020b).

6.5 CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE SiBI

Alguns pontos foram levados em consideração para criação da política do SiBI, como os listados abaixo:

- a) A seleção dos componentes para compor uma comissão de acessibilidade do SiBI com esse objetivo, isto é, a instituição da Comissão de Acessibilidade;
- b) O embasamento legal para construção do texto da política;
- c) Conceituação dos termos utilizados;
- d) O processo de elaboração da política e de sua aprovação.

Nas subseções seguintes serão detalhadas cada item.

6.5.1 A instituição da Comissão de Acessibilidade do SiBI

A Comissão de acessibilidade do SiBI foi formada, em 2019, por quatro bibliotecárias, que se dedicavam ao estudo da temática, e uma auxiliar em administração, reunindo-se com esse propósito, sensibilizadas pelo assunto, após terem finalizado um levantamento para identificar o perfil dos servidores que compunham seu quadro técnico, trabalho esse desenvolvido por interesse em vir a realizarem um serviço de referência de excelência. Nessa atividade, sensibilizaram-se quanto à necessidade de melhorar os produtos e serviços oferecidos aos usuários com deficiência, reunindo-se e criando o grupo de trabalho, que foi reconhecido e institucionalizado pela UFRJ.

A formação de uma comissão de acessibilidade com pessoas motivadas pelo assunto e conhecedoras das necessidades dos alunos com deficiências facilitou o seu bom desenvolvimento, em que se destaca a criação da Política de acessibilidade do SiBI.

A comissão tem o intuito de integrar e promover as atividades já existentes em diferentes instâncias da universidade, propor atividades e cursos de capacitação para o corpo técnico, levantar e encaminhar demandas, promover a socialização das bibliotecas com os usuários com deficiência, elaborar o diagnóstico de acessibilidade das 45 bibliotecas que compõem o sistema e mapear as necessidades de matérias e recursos para melhorar a acessibilidade de seus espaços (ARAÚJO, R. *et al.*, 2020).

Para melhor visualização e otimização do trabalho, a comissão estabeleceu o plano de ação apresentado no quadro 5.

Quadro 5 – Plano de ação e objetivos da Comissão de Acessibilidade do SiBI

AÇÃO	OBJETIVO
------	----------

<p>Buscar atualização constante sobre o tema</p> <p>Manter as bibliotecas atualizadas</p>	<p>Zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes no âmbito das bibliotecas pertencentes ao SiBI/UFRJ.</p>
<p>Manter parceria com a DIRAC</p> <p>Participar das reuniões do Fórum de Acessibilidade da Universidade</p>	<p>Agir de forma integrada com os diversos Setores da UFRJ para a promoção e o assessoramento das ações de acessibilidade das pessoas com deficiência em prol da igualdade e equidade de condições, para o provimento do acesso à informação disponível nas bibliotecas que fazem parte do SiBI.</p>
<p>Identificar necessidades e apoiar a implementação de melhorias</p>	<p>Promover iniciativas de acessibilidade nos sítios da internet mantidos pelo SiBI e pelas bibliotecas que o compõem.</p>
<p>Fazer levantamento das necessidades básicas para as bibliotecas</p> <p>Elaborar um questionário detalhado para diagnóstico das bibliotecas</p> <p>Identificar constantemente os dados importantes para solicitação pelo BAGER²</p>	<p>Ter o diagnóstico de acessibilidade de todas as bibliotecas, através do mapeamento constante das mesmas.</p>
<p>Divulgar cursos</p> <p>Prestar atendimento às equipes das bibliotecas</p>	<p>Orientar as bibliotecas do SiBI quanto ao uso e seleção de tecnologia assistiva.</p>
<p>Fazer uma apresentação inicial para as bibliotecas, para divulgação das metas da Comissão e sensibilização para o tema</p> <p>Realizar um curso interno</p> <p>Realizar um Fórum de Acessibilidade da Comissão do SiBI</p> <p>Divulgar notícias sobre o tema</p>	<p>Promover ações de sensibilização dos servidores das bibliotecas que compõem o SiBI, difundindo uma cultura de inclusão e contribuindo para eliminar qualquer barreira atitudinal.</p>
<p>Divulgar as datas das reuniões presenciais, motivando à participação</p>	<p>Incentivar a participação de servidores com e sem deficiência nas reuniões da Comissão de Acessibilidade do SiBI/UFRJ.</p>
<p>Considerar a percepção dos membros da Comissão e <i>feedbacks</i> das equipes e dos usuários das bibliotecas</p>	<p>Avaliar periodicamente o desempenho das ações implementadas pela Comissão de Acessibilidade do SiBI/UFRJ, adotando as medidas preventivas e corretivas que se façam necessárias.</p>

Fonte: (ARAÚJO, R. *et al.*, 2020).

² Relatório semestral do SiBI.

Entre todas as ações descritas, a primeira delas foi a de dedicar esforços para a criação de um documento formal que servisse de apoio às decisões da comissão e tivesse em consonância com as diretrizes de acessibilidade que a UFRJ viesse a criar, já que, até então, não havia uma política de acessibilidade nessa universidade.

Em 2020, foram alcançados os seguintes resultados: aprovação da política de acessibilidade, desenvolvimento do plano de ação; estabelecimento do cronograma de ações; envio de comunicados para as equipes das bibliotecas, com foco em promoção de conhecimento e sensibilização; elaboração de uma lista de necessidades básicas das bibliotecas em relação a *hardwares* e *softwares*; divulgação dos trabalhos e metas da Comissão, por meio da apresentação de trabalho no 1º Fórum de Técnicos-Administrativos (SINTUFRJ) e de palestra e mediação na primeira Roda de Conversa do SiBI (*live* sobre acessibilidade para as bibliotecas universitárias, a partir das experiências da UFRJ e da Universidade Federal do Ceará, realizada em 4 de novembro de 2020 e disponível do Canal do YouTube do Fórum de Ciência e Cultura - FCC/UFRJ). Outras ações previstas como visita às bibliotecas para avaliação e elaboração do diagnóstico de acessibilidade tiveram que ser adiadas para quando acontecer a retomada das atividades presenciais na Universidade. (ARAÚJO; FONSECA; MIRANDA, 2020).

Essas medidas visam promover a igualdade e inclusão social na UFRJ. Ressalta-se que a cidadania é um direito social e as condições efetivas de cidadania estão fortemente ligadas à acessibilidade e, conseqüentemente, à inclusão. E numa sociedade que por anos manteve uma visão assistencialista, torna-se imprescindível informar que não é a pessoa com deficiência que precisa se adaptar às condições disponíveis, mas sim a sociedade, a qual precisa se modificar para que toda pessoa possa exercer sua cidadania. É um desafio institucional que a temática da acessibilidade não seja uma teoria, mas a prática resultante de uma visão consolidada, o que também depende do compromisso individual de seus colaboradores, com quebra de barreiras atitudinais (ARAÚJO; FONSECA; MIRANDA, 2020).

Dessa forma, são compromissos essenciais da Comissão de Acessibilidade do SiBI/UFRJ: informar e formar, através de sensibilização e ações; promover representatividade das pessoas com deficiência no planejamento anual e ações, lembrando sempre da importância de ouvir os discentes com deficiência para prestar melhores serviços e produtos nas bibliotecas da UFRJ, fazendo valer o lema das pessoas com deficiência: Nada sobre nós, sem nós.

6.5.2 Embasamento legal para construção da política

Para montagem de uma política institucional, é preciso de embasamento legal, tanto no âmbito federal, quanto no institucional. No quadro 6, estão relacionados os dispositivos legais consultados para criação da política, ordenados de acordo com o ano de publicação.

Quadro 6 – Legislação consultada pela Comissão de Acessibilidade relacionada à pessoas com deficiência segundo a ordem cronológica

LEGISLAÇÃO	
TÍTULO	PREÂMBULO
Lei nº 7.405, de 12 novembro de 1985	Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais
Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta as Leis: Lei nº 10.048/2000 (dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências). Lei nº 10.098/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.) Nota.
Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Fonte: Elaborado pela autora.

6.5.3 Conceituação dos termos

Nas disposições gerais, são definidos e conceituados os termos utilizados na Política. No caso da política de acessibilidade do SiBI, foram definidos os termos a seguir:

- a) Pessoa com deficiência: é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras,

pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

- b) Pessoa com mobilidade reduzida é aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora e da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;
- c) Pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) é aquela que apresenta um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI);
- d) Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- e) Acesso à informação é a possibilidade de acesso a dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, eliminando barreiras tecnológicas e de comunicação, promovendo a percepção, capacidade de operação, compreensão e robustez daqueles meios;

Vale ressaltar que outros termos utilizados na política devem ser incluídos e conceituados para evitar interpretações erradas.

6.5.4 Aprovação da Política de Acessibilidade

A Política foi aprovada por unanimidade, em 07 de julho de 2020, em sessão do Conselho Diretor do Fórum de Ciência e Cultura, sendo um documento orientador para todas as bibliotecas do SiBI³.

³Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/inicio/366-comissao-de-acessibilidade-elabora-a-politica-de-acessibilidade-do-sibi-ufrj>

7 DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

A política de acessibilidade tem a finalidade de guiar o bibliotecário e sua equipe, bem como servir de instrumento para tomada de decisões. Sendo assim, para sua criação, reuniu-se, a partir da experiência acima demonstrada, **o que se verificou ser necessário e importante para a elaboração de uma política de acessibilidade, resultando nas seguintes sete diretrizes:**

1. Criação de uma comissão de acessibilidade com essa responsabilidade;
2. Estudo da comunidade;
3. Levantar as justificativas legais, missão e a necessidade da instituição e do setor;
4. Definir os termos a serem empregados no documento que estabelece a política;
5. Levantar os objetivos (os itens) que compõem a política pública;
6. Alertar sobre os limites da política e das necessidades de revisão e atualização;
7. Indicar as referências utilizadas;

Dessas diretrizes, as de 1 a 5, são melhor explicadas a seguir por não serem autoexplicativas como a sexta e a sétima.

7.1 Sobre a diretriz de se criar uma comissão de acessibilidade com essa responsabilidade

Orienta-se que seja constituída uma comissão permanente que trate especificamente de assuntos relacionados à acessibilidade e inclusão, atuando com a finalidade de oferecer suporte técnico às bibliotecas.

É necessário que a comissão seja composta por pessoas capacitadas e que tenham o mínimo de entendimento da área. Não importa se será composta somente por bibliotecários. Docentes, auxiliares de biblioteca ou qualquer outro técnico-administrativo auxiliarão no trabalho.

Em se tratando de Instituições Federais de Ensino Superior, os membros da comissão deverão ser nomeados através de portaria institucional.

Os membros da comissão têm como principais atribuições:

- a) assessoramento em assuntos pertinentes à acessibilidade e inclusão;
- b) articular-se com a comunidade acadêmica, outras comissões de mesma atribuição existentes na universidade em busca de troca de informações, sugestões e melhoria no atendimento;

- c) contribuir com a política de acessibilidade, seus princípios e normas visando sua atualização;
- d) estar disponível para ouvir as demandas dos alunos com deficiência, prestando assistência sempre que possível.

Para um bom desempenho, a comissão deve ter como princípios:

- a) conhecer as características dos usuários com deficiência, seus interesses, principais atividades estudantis e ou profissionais;
- b) atualizar-se permanentemente;
- c) evitar a seleção de materiais para os quais a demanda não é evidente;
- d) sugerir, solicitar, substituir materiais de tecnologia assistiva;
- e) comprometer-se com as funções estabelecidas para a Comissão.

Competências da Comissão:

- a) realizar reuniões periodicamente com o intuito de discutir demandas, e realizar estudos;
- b) definir um relator para elaborar pautas e atas da comissão;
- c) planejar ações de sensibilização da comunidade acadêmica, bem como cursos de capacitação, eventos, *lives*, *podcasts*;
- d) gerenciar sugestões, dúvidas que surjam de outras bibliotecas;
- e) criar um canal direto para comunicação (ex. e-mail institucional, número de *Whatsapp*);
- f) realizar diagnóstico de acessibilidade em bibliotecas;
- g) promover eventos.

7.2 Sobre a diretriz de se estudar a comunidade

O perfil da comunidade será necessário para tomar conhecimento dos alunos com deficiência e, assim, elaborar a política de acessibilidade, na qual serão estabelecidos os critérios que guiarão a comissão de acessibilidade na tomada de decisões. Outros dados como curso, tipo de deficiência, nível de formação complementarão as informações.

7.3 Sobre a diretriz de se levantar as justificativas (os “considerandos”) legais, missão e a necessidade da instituição e do setor

Será necessário levantar alguns dados para justificar a elaboração da política, tais como: objetivos institucionais (da biblioteca e da instituição que a mantém), embasamento legal, tanto a nível federal, quanto a nível institucional.

No quadro 7, estão relacionadas as principais normas constitucionais, leis federais, decretos, portaria e norma relacionadas às pessoas com deficiência, ordenadas de acordo com o ano de publicação das mesmas.

Quadro 7 – Principais legislações relacionadas às pessoas com deficiência segundo a ordem cronológica

NORMAS CONSTITUCIONAIS	
TÍTULO	PREÂMBULO
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	
Decreto Legislativo nº 186/2008	Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.
Decreto nº 6.949/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
LEIS FEDERAIS	
Lei nº 4.169, de 4 de dezembro de 1962	Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille.
Lei nº 7.405, de 12 novembro de 1985	Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Continua

Continuação

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais
Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
Lei nº 10.048, de 08 de	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras

novembro de 2000	providências.
Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003	Institui a Política Nacional do Livro fazer nota.
Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.	Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.
Lei nº 13.146/2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
DECRETOS	
Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999	Regulamenta a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Decreto nº 5.296/2004	Regulamenta as Leis: Lei nº 10.048/2000 (dá prioridade de atendimento às pessoas que específica e dá outras providências). Lei nº 10.098/2000 (estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências).
Decreto nº 7.611/2011	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, Nota.
PORTARIA	
Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
NORMA	
NBR 9050/2020	Estabelece acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

Fonte: Elaborado pela autora.

O quantitativo de alunos com deficiência levantado no perfil da comunidade poderá ser utilizado também para justificar a criação da política, bem como missão institucional e da biblioteca.

7.4 Sobre a diretriz de se definir os termos a serem empregados no documento que estabelece a política

É importante que os termos presentes na política estejam conceituados.

Sugere-se o uso das definições descritas na Lei Brasileira de Inclusão ou qualquer outro documento legal, Thesaurus.

7.5 Sobre a diretriz de se levantar os objetivos (os itens) que compõem a política pública.

Nesta diretriz temos, por exemplo, estes:

- a) zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes no âmbito das bibliotecas;
- b) agir de forma integrada com os diversos setores para a promoção e o assessoramento das ações de acessibilidade das pessoas com deficiência em prol da igualdade e equidade de condições para o provimento do acesso à informação disponível nas bibliotecas;
- c) promover iniciativas de acessibilidade nos sítios da internet mantidos;
- d) ter o diagnóstico de acessibilidade de todas as bibliotecas, através do mapeamento constante das mesmas;
- e) orientar as bibliotecas quanto ao uso e seleção de tecnologia assistiva;
- f) promover ações de sensibilização dos servidores, difundindo uma cultura de inclusão e contribuindo para eliminar qualquer barreira atitudinal;
- g) incentivar a participação da comunidade acadêmica com e sem deficiência nas reuniões da Comissão de Acessibilidade do SiBI/UFRJ;
- h) avaliar periodicamente o desempenho das ações implementadas pela Comissão de Acessibilidade, adotando as medidas preventivas e corretivas que se façam necessárias (UFRJ, 2020a, art.2)

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo o desenvolvimento de um plano de diretrizes para elaboração e implementação de políticas de acessibilidade em bibliotecas universitárias das Instituições Federais de Ensino Superior do país, a partir do caso da Política de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, de forma a contribuir para a adoção de boas práticas em inclusão das pessoas com deficiência nesses locais.

Dirigido por esse objetivo e amparado nos dados coletados na literatura especializada e nos documentos da UFRJ, conclui-se que, com o apoio da legislação, a universalização do ensino atenderá às pessoas com deficiências, e este público cada vez mais deverá estar dentro das instituições de ensino, principalmente, se públicas.

Com a pesquisa realizada sobre alunos com deficiência na UFRJ, foi possível conhecer um novo cenário, ou seja, a “inclusão universitária,” através da legislação e os dispositivos legais que regem esse processo, a acessibilidade e suas dimensões; as tecnologias assistivas existentes nas bibliotecas da UFRJ para estudantes com deficiência.

O estudo possibilitou ainda conhecer e revelar, por meio do caráter histórico, a trajetória das ações realizadas na UFRJ voltadas para pessoa com deficiência.

Vale ressaltar que não existe formato ideal para todas as bibliotecas: nossa prática deve estar acima de tudo pautada na individualidade de cada pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão social e municipalização. *In*: MANZINI, Eduardo José (org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: UNESP- Marília Publicações, 2000. p. 1-9.
- ARAÚJO, Cidália *et al.* **Estudo de Caso**. Métodos de Investigação em Educação. Braga, Portugal: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2008. Disponível em: http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf. Acesso em: 10 ago. 2015.
- ARAÚJO, Raquel Chagas *et al.* **Plano de ação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.
- ARAÚJO, Raquel Chagas; FONSECA, Maria de Fátima Silva de Almeida; MIRANDA, Sulamita Nicolau de. Acessibilidade no sistema de Bibliotecas e Informação – SiBI/UFRJ. *In*: FÓRUM TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO, 1., 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Sintufrj, 2020.
- ASSIS, Josiane Braz. **Proposta de diretrizes para atendimento à pessoa com deficiência visual em bibliotecas universitárias sem barreiras atitudinais e apoiado em tecnologias assistivas**. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Norma Brasileira 9050- Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente. Rio de Janeiro, 1985.
- BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 816-823, 2010.
- BERNARDES, Liliane Cristina Gonçalves *et al.* Pessoas com deficiência e políticas de saúde no Brasil: reflexões bioéticas. **Ciência e Saúde Coletiva** v. 14 n. 1, p. 31- 38, 2009.
- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. Assegura aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 19 out. 1978. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1970-1979/emendaconstitucional-12-17-outubro-1978-366956-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 22 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 07 de jul. 2015a. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/07/2015&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=72>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em: 07 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. [2021]. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/29/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. [2021]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192#:~:text=Em%201973%2C%20o%20MEC%20cria,configuradas%20por%20campanhas%20assistenciais%20e. Acesso em: 24 mar. 2022.

BRASIL. Planalto. Plano Nacional de Cultura aumenta vigência para 12 anos. **Notícias**, 2 jun. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/06/plano-nacional-de-cultura-aumenta-vigencia-para-12-anos>. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Cultura. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 3 dez. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186, de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de mar. de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 jul. 2008. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=10/07/2008>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 abr. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6949&ano=2009&ato=8dec3Y61UeVpWT233>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 out. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 72.425, de 3 de Julho de 1973. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e da outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 jul. 1973. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-72425-3-julho-1973-420888-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Fontes de informação utilitária em bibliotecas públicas. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 22, n. 1, p. 35-46, 1998. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77780>. Acesso em: 26 out. 2021.

CRUZ, Anamaria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis; WEITZEL, Simone da Rocha. **A biblioteca: o técnico e suas tarefas**. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

DINIZ, Cládice Nóbile; ASSIS, Josiane Braz de; ALVES, Leon Diniz. Perspectivas da acessibilidade e inclusão de pessoa com deficiência nas universidades federais brasileiras da ótica de seus sítios e bibliotecas. *In*: DICKMANN, Ivanio (org.). **DNA Educação**. Veranópolis, RS: Dialogar, 2018.

DINIZ, Cládice Nóbile; ALVES, Leon Diniz; SILVA, Jessica Rodrigues P. Estudo dos principais dispositivos legais e normativos da acessibilidade no Brasil. *In*: DICKMANN, Ivo; DICKMANN, Ivanio (org.). **Educação Brasil**. Chapecó, SC: Livrologia, 2019. v. 10, p. 255-267.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Programa de inclusão de pessoas com deficiência**: principais conceitos. [2016?]. Disponível em: <https://inclusao.enap.gov.br/news/principais-conceitos/>. Acesso em: 20 maio 2020.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. **Lutas sociais**, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 53-73, 2013.

GARCIA, Evelin Naiara; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Desafios contemporâneos: o uso da tecnologia assistiva como instrumento facilitador da aprendizagem. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 23, n. 40, set./dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNS 2019: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. **Notícias IBGE**, 26 ago. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em: 16 set. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional de saúde**: 2019: informações sobre domicílios, acesso e utilização dos serviços de saúde: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101748.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Conheça o Brasil – população: pessoas com deficiência. **Educa IBGE**, [2011]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html>. Acesso em: 8 jan. 2022.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443 p.

MANZINI, Eduardo José. Inclusão e acessibilidade. **Revista da Sobama**, v. 10, n. 1, supl., p. 31-36, dez. 2005. Disponível em: <http://fio.edu.br/site2013/images/NAU/001d-%20manzini%202005%20acessibilidade.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

MAY, Tim. Pesquisa documental: escavações e evidências. *In*: MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Débora. **A nova maneira de se entender a deficiência e envelhecimento**. Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1878>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MICAS, Lailla; GARCEZ, Liliane; CONCEIÇÃO, Luiz Henrique de Pula. Com nova margem de corte, IBGE constata 6,7% de pessoas com deficiência no Brasil, **Estadão.edu**, 21 jun. 2018. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/educacao-e-etc/com-nova-margem-de-corte-ibge-constata-67-de-pessoas-com-deficiencia-no-brasil/>. Acesso em: 10 abr. 2019.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, p. 1-19, 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018/2139>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/relatorio-mundial-sobre-a-deficiencia/>. Acesso em: 2 nov. 2020.

PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez. **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas: Unicamp, 2006.

PUTTI, Alexandre. Bolsonaro extingue o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Carta Capital**, 12 abr. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-extingue-o-conselho-dos-direitos-da-pessoa-com-deficiencia/>. 20 out. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2005. Disponível em: <https://acessibilidadedecultural.files.wordpress.com/2011/09/terminologia-sobre-deficic3aancia-na-era-da-inclusc3a3o.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Entrevista. **Revista Integração**, Brasília, v. 8, n. 20, p. 8-10, ago. 1998.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Preconceito, discriminação, estigma e estereótipo em relação às pessoas portadoras de deficiência**. mimeo, 1993.

SILVA, Chirley Cristiane Mineiro da; CONCEIÇÃO, Márcia Regina da; BRAGA, Roberto Carlos. Serviço de coleções especiais da biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina: estágio curricular. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 9, p. 134-140, 2004.

SILVEIRA, Amélia. **Marketing em bibliotecas universitárias**. Florianópolis: UFSC, 1992.

SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo; BOTELHO, Luanda (org.). **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais**: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101562>. Acesso em: 8 jan. 2022.

SOUZA, Íris Mara Guardatti. *et al.* **A inclusão no ensino superior**: implantação de políticas de acessibilidade na Universidade Federal do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro: UFRJ, 2017]. Disponível em: https://acessibilidade.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/04/SouzaCohenCarreiraDiasHouzel2016CINTEDI_InclusaoEnsinoSuperiorImplantacaoPoliticPublicasUFR.pdf. Acesso em: 05 dez 2020.

UNICEF. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 15 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Ato da Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SiBI/UFRJ)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **História**: uma breve história da UFRJ. [2022]. Disponível em: <https://ufrj.br/acesso-a-informacao/institucional/historia/>. Acesso em: 30 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Sessão do comitê do plano diretor 2030 – 23/06/2021**: acessibilidade e desenho universal. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI). **Apresentação**. [2021b]. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). e-SIC. [2020a]. Disponível em: <https://ufrj.br/dirac/historia>. Acesso em: 05 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI). **SiBI em números 2020**: em tempos de pandemia. [2020b]. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1lc1r-uHCDZtoKOMuT8yFVEYMy9-TNkJV/view>. Acesso em: 30 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI). Comissão de Acessibilidade elabora a Política de Acessibilidade do SiBI/UFRJ. **SiBI Notícias**, 3 ago. 2020. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/inicio/366-comissao-de-acessibilidade-elabora-a-politica-de-acessibilidade-do-sibi-ufrj>. Acesso em: 23 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **SIGA**: filtro de alunos deficientes. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI). **O SiBI**. Rio de Janeiro: UFRJ, [2018a]. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/historico>. Acesso em: 10 mar. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). **Diretoria de Acessibilidade**: DIRAC: História. [2018b]. Disponível em: <https://ufrj.br/dirac/historia>. Acesso em: 05 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI). **Panorama**. Disponível em: <http://www.sibi.ufrj.br/panorama.htm>. Acesso em: 23 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). Ação afirmativa para pessoas com deficiência chega à UFRJ. **UFRJ Notícia**, 2017. Disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2017/07/20/acao-afirmativa-para-pessoas-com-deficiencia-chega-ufrj> Acesso em: 05 dez. 2018.

VIEGAS, Anderson. Cresce o acesso da pessoa com deficiência ao ensino superior no país, **G1**, 10 jun. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2016/06/cresce-o-acesso-da-pessoa-com-deficiencia-ao-ensino-superior-no-pais.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

WOODSWORTH, Anne. The model research library: planning for the future. **The Journal of Academic Librarianship**, Boston, MA, v. 15, n. 3, p. 132-38, 1989.

ANEXO A – POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE SIBI**ATO DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS E
INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
(SiBI/UFRJ)***Institui a Política de Acessibilidade do SiBI/UFRJ*

A Comissão de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação, criada em novembro de 2019, divulgada na Portaria nº 13.238, de 29 de novembro de 2019 e no Boletim UFRJ 49/2019, no uso das competências que lhe foram conferidas:

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988; na Lei 13.146, de 6 de julho de 2015; na Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989; na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990; na Lei 10.048, de 8 de novembro de 2000; na Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000; na Lei 10.436, de 24 de abril de 2002; no Decreto 5296 de 2004, no Plano Nacional de Cultura, Diretrizes da UNESCO; na Portaria 1.679 do Ministério da Educação, nas diretrizes da Diretoria de Acessibilidade – DIRAC/UFRJ e no Plano de Acessibilidade do SiBI/UFRJ, sobre a dignidade da pessoa humana e os direitos das pessoas com deficiência;

CONSIDERANDO o aumento do quantitativo de estudantes com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação, e a importância do processo inclusão e acessibilidade na UFRJ;

CONSIDERANDO que o SiBI/UFRJ tem por objetivo principal a interação de suas bibliotecas com a política educacional e administrativa da Universidade, servindo de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão;

CONSIDERANDO a missão das bibliotecas universitárias de auxiliar nas práticas pedagógicas nos níveis do ensino, pesquisa e extensão;

CONSIDERANDO a importância de prover o acesso à informação às pessoas com deficiência, transtornos e mobilidade reduzida, oferecendo recursos físicos, humanos e tecnológicos que atendam às necessidades;

CONSIDERANDO, ainda, que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e que a discriminação contra qualquer pessoa, por motivo de deficiência, é considerada violação da dignidade e do valor inerentes ao ser humano;

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro estabelece sua Política de Acessibilidade nos seguintes termos:

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A Política de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em respeito às disposições constitucionais, legais e Institucionais da UFRJ, fundamenta-se nos conceitos definidos nos correspondentes documentos:

§ 1 Entende-se por:

I - pessoa com deficiência é aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

II - pessoa com mobilidade reduzida é aquela que, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência, tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora e da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

III - pessoa com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) é aquela que apresenta um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição Transtorno do Espectro Autista (TEA), Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett e Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI);

IV - acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertas ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

V - acesso à informação é a possibilidade de acesso a dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, eliminando barreiras tecnológicas e de comunicação, promovendo a percepção, capacidade de operação, compreensão e robustez daqueles meios;

SEÇÃO II

OBJETIVOS

Art. 2º A Política de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro tem como objetivos:

I - zelar pela aplicação da legislação sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como das normas técnicas e recomendações vigentes no âmbito das bibliotecas pertencentes ao SiBI da UFRJ;

II - agir de forma integrada com os diversos setores da UFRJ para a promoção e o assessoramento das ações de acessibilidade das pessoas com deficiência em prol da igualdade e equidade de condições para o provimento do acesso à informação disponível nas bibliotecas que fazem parte do SiBI;

III - promover iniciativas de acessibilidade nos sítios da internet mantidos pelo SiBI e pelas bibliotecas que o compõem;

IV - ter o diagnóstico de acessibilidade de todas as bibliotecas, através do mapeamento constante das mesmas;

V - orientar às bibliotecas do SiBI quanto ao uso e seleção de tecnologia assistiva;

VI - promover ações de sensibilização dos servidores das bibliotecas que compõem o SiBI, difundindo uma cultura de inclusão e contribuindo para eliminar qualquer barreira atitudinal;

VII - incentivar a participação de servidores com e sem deficiência nas reuniões da Comissão de Acessibilidade do SiBI/UFRJ;

VIII - avaliar periodicamente o desempenho das ações implementadas pela Comissão de Acessibilidade do SiBI/UFRJ, adotando as medidas preventivas e corretivas que se façam necessárias.

Art. 3º A Política de Acessibilidade do SiBI/UFRJ objetiva ser a diretriz para eventos, processos de trabalho, aquisição de materiais e decisões administrativas, sendo implementada no âmbito de todas as Bibliotecas.

SEÇÃO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º A Política de Acessibilidade do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro será revisada e atualizada sempre que necessário, para estar em consonância com as diretrizes constitucionais, legais e Institucionais da UFRJ.

REFERÊNCIAS

AS METAS do plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: Plano Nacional de Cultura, 2012. Disponível em: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/colégiadossetoriais/As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 17 maio 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e

10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 04 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 16 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.679 de 2 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em: 07 abr. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Portaria nº 56, de 22 de março de 2011**. Institui a Política de Acessibilidade da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/o-programa/politica-de-acessibilidade>. Acesso em: 16 maio 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 17 maio 2020.